



Anais da Assembléia

Nº 155

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE dezembro DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Acyr Mazzadri e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (19). Achando-se em licença do Senhor Deputado Algaci Túlio. (01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados).

23 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 231/90

Curitiba, 14 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a tabela de escalonamento vertical, de que trata o art. 107, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973.

A proposta em questão visa equipar a remuneração do soldado da 1.^a classe ao agente de segurança de 4.^a classe, com repercussão para as demais graduações e para os oficiais subalternos e intermediários, a fim de se evitar que o soldado ganhe mais do que o cabo, este mais do que o 3º sargento, e assim sucessivamente.

A implantação da medida beneficiará 19.904 policiais militares (da ativa, da reserva e reformados) e implicará no acréscimo mensal de 345,5 milhões, a valores de novembro, sobre a folha de pagamento da Polícia Militar, que, atualmente, totaliza Cr\$ 1,17 bilhão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

OFÍCIO Nº 10.099/90

Curitiba, 17 de dezembro de 1990.

Senhor Governador.

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência, sob o nº 231/90, datada de 14 do mês em curso, cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente.

PROJETO DE LEI N° 642/90

Art. 1° - A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo artigo 107, da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973, passa vigorar com os seguintes índices, para as categorias abaixo:

1. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS:

Capitão PM.....índice 800

2. OFICIAIS SUBALTERNOS:

a) Primeiro Tenente PM.....índice 797

b) Segundo Tenente PM.....índice 676

3. PRAÇAS ESPECIAIS:

a) Aspirante a Oficial PM...índice 534

b) Aluno CFO (último ano)...índice 408,61

c) Aluno CFO (demais anos)...índice 352

4. PRAÇAS:

a) Subtenente PM.....índice 489

b) 1° Sargento PM.....índice 466

c) 2° Sargento PM.....índice 453

d) 3° Sargento PM.....índice 439

e) Cabo PM.....índice 426

f) Soldado PM 1.ª Classe....índice 408,61

g) Soldado PM 2.ª Classe....índice 352

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO N° 124/90

Curitiba, 14 de dezembro de 1990

Senhor Presidente.

Com os meus respeitosos cumprimentos, compareço a Vossa Excelência para comunicar a essa Casa de Leis, que por motivos particulares, estarei ausente do País por 20 dias, a partir de 19.12.90.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 633/90, com a sua inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária de amanhã, dia 18 de dezembro, e a constituição desta Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir o competente parecer sobre a matéria, que refere-se ao

reajuste dos vencimentos do funcionalismo público.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO N° 2917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução n° 168/90.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO N° 2918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução n° 266/90.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 2919

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução n° 214/90.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO N° 2913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 321/89, constante da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO N° 2914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 553/90 - que propõe a retirada do Estado do Paraná do convênio CODESUL/BRDE, por dez sessões.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância do assunto BRDE e a amplitude das repercussões que podem advir do atendimento à Mensagem do Executivo, é necessário que esta Casa tenha todas as informações para decidir sobre o tema. Em vista disso, em 21.11.90, esta Assembléia, atendendo requerimento do

Curitiba, segunda, em 17.12.90

Deputado Algaci Túlio, solicitou informações ao Senhor Governador, bem como pronunciamento do Banco Central sobre o alegado problema da DUALIDADE. Como até o momento nada foi respondido, é necessário que se aguarde tempo hábil para que tais informações cheguem a esta Casa.

Deve-se levar em consideração ainda, o art. 27 das disposições transitórias da Constituição do Estado do Paraná que reza: "A Lei Complementar que disporá sobre o sistema financeiro estadual, será elaborada no prazo de 06 (seis) meses da promulgação da lei complementar federal, que regulará o sistema financeiro estadual".

REQUERIMENTO N° 2915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 sessões, do Projeto de Lei n° 313/90, constante da pauta da sessão de hoje, em 1.^a discussão.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 sessões, do Projeto de Lei n° 627/90, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.12.90

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO N° 2905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 633/90, reajusta em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO N° 2906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e pare-

cer ao Projeto de Lei n° 642/90, referente à Mensagem n° 231/90, que objetiva alterar a tabela de escalonamento vertical, de que trata o art. 107, da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973 (Polícia Militar).

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Afonso Júnior, inscrito.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna não com a vontade de falar, porque eu sempre tive comigo, eu que sou cursilista, que sou um homem temente a Deus, acho que a coisa mais valiosa, mais sublime que nós podemos ter é a nossa família, é a nossa dignidade, é o respeito para com os nossos familiares. Infelizmente, na Diplomação que aconteceu sábado passado nós tivemos o desprazer de assistir a um festival de "baixaria" praticado pelo candidato diplomado, Carlos Simões. Esse candidato e deputado eleito levou caravanas de ônibus pago para não apenas vaiar os senhores Parlamentares, mas para desacatar a sua moral, para desacatar a nossa dignidade, a nossa honradez. E eu não poderia ficar omissa, porque quem cala consente. Eu fui agredido na minha dignidade. Eu acho que quando você é alvo de vaia e esta vaia nasce no seio da sociedade nós temos que aceitá-la. Mas, não podemos aceitar as vaias que são colocadas a serviço do terrorismo. Foi o que nós assistimos na Diplomação de todos os Parlamentares. Venho dizer que sei de onde parte esse tipo de coisas. Peço ao Presidente desta Assembléia que tome medidas drásticas contra o candidato eleito e diplomado, Carlos Simões, porque nós não podemos ser alvo de ataques por posições assumidas neste plenário. Eu sei de onde parte a raiva de Carlos Simões contra este Deputado; foi porque eu não defendi a proteção do monopólio das empresas estatais, das empresas particulares, porque Carlos Simões defende as empresas de ônibus e nós aqui, a Bancada do PMDB, votou contra o monopólio das empresas. Agora ele vem representar um grupo econômico. Foi assim que ele adentrou em minha cidade onde fui Prefeito, foi assim que ele conseguiu mil votos na cidade onde eu fui Prefeito, porque lá tem uma empresa de ônibus que patrocinou economicamente a sua campanha.

Senhores do Parlamento, o Parlamento está de joelhos enquanto não fizermos justiça e o que mais me estranha e o que mais me entristece é saber que a Justiça Eleitoral, com seu manto protetor assistia

passivamente as famílias dos Parlamentares serem humilhadas juntamente com os Parlamentares que lá estavam sendo diplomados.

Deputado Anibal Khury, meu pai que em 1963 se elegia Deputado, morrendo num acidente aviatório com 43 anos de idade, eu prezo muito meu nome, eu prezo muito a minha honradez, eu prezo muito a dignidade e a defesa da família. Fui ofendido na minha moral. Eu aceito o debate amplo. Eu aceito o diálogo. Eu aceito as contradições políticas, mas não aceito, meus amigos, meus companheiros, que se ataque a moral e a dignidade de uma pessoa quando você não a conhece de perto.

Companheiros, façamos uma união para que vocês, juntamente com este Parlamento, exijam a cassação do Deputado Carlos Simões por falta de decoro Parlamentar. É um apelo que faço. Se não acontecer desta forma o Parlamento estará de joelhos. O Parlamento Estadual estará envergonhado. E se abrirmos este precedente, aí não sere-mos mais respeitados por ninguém. Façam isto e faremos justiça. Estaremos cortando da vida pública aquele que quer envergonhar o Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Sr. Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, apenas queremos ser solidários à questão colocada pelo Deputado José Afonso com quem convivemos durante muito tempo nesta Casa e conhecemos a sua integridade, a sua dignidade como Parlamentar e até em sua vida particular.

Não podemos mais permitir que no futuro ocorra este tipo de coisa que aconteceu na diplomação dos Srs. Deputados e que atingiu toda a classe política. Acho que já estamos vivendo um episódio de descrédito do homem público. Mas, cabe às autoridades tomar providências em relação a elementos não credenciados que tentam denegrir a imagem de homens públicos que enfrentaram, com as maiores dificuldades, a campanha do dia 3 de outubro de 1990.

Tenho certeza, conhecendo a posição de Vossa Excelência, Sr. Presidente, que esta Casa, no dia da posse dos Srs. Deputados, haverá de ter um comportamento que não permita que este Poder seja agredido pela segunda vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Assisti, com profundo pesar, ao espetáculo realizado no Teatro Guaíra, por ocasião da diplomação dos eleitos para tomarem posse em 1991. Entendo a indignação do companheiro José Afonso Júnior e entendo a indignação de todos os companheiros que lá estiveram para este ato solene de diplomação convalidando a vontade popular.

Não temos no Governo do Estado, no Senado da República, na Câmara Federal, nem na Assembléia Legislativa, um único Parlamentar que tenha sido bionicamente colocado no posto. Se a vontade popular é invocada a cada instante, para legitimar a democracia, a vontade popular foi chamada na urna, para legitimar mandatos com justiça, com maior conhecimento, com maior poder econômico, com menor poder econômico... não importa. Foi a vontade popular que elegeu 54 deputados estaduais, 30 federais, um Senador, um Vice-Governador, um Governador.

Lamento profundamente o espetáculo e quero aqui, desta tribuna, demonstrar o meu desagrado profundo pela própria sessão solene. Encaminharei a Vossa Excelência, até o final desta sessão, um requerimento de desagrado ao Tribunal Regional Eleitoral, pela forma de condução do ato de diplomação; porque embora um ato público revestido do direito de comparecimento do cidadão, é um ato público como é a sessão deste Legislativo. Mas, todas as vezes que as galerias se manifestam de forma agressiva, não compatível com o ambiente desta Casa, a Presidência desta Mesa adverte as galerias para que não procedam de maneira que não corresponda com a solenidade do ato. Em todos os julgamentos praticados no Tribunal de Justiça, e também na Justiça Eleitoral, duvido que numa sessão de julgamento de impugnação ou não de uma candidatura, de recurso de um candidato se permita que seja vaiado, ofendido com nomes de baixo calão por aqueles que lá comparecerem. E se o Guaíra estava naquele instante, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, onde o Tribunal Eleitoral do Paraná se fazia presente com seus membros num ato praticado dentro do que determina a lei, portanto, um ato, uma reunião, uma sessão do próprio Tribunal... Esse desmerecimento de colocar o político à mercê do abuso, da vaia, da ofensa gratuita de pessoas que muitas vezes têm até menos conceito, tem menos atitude ética, muito mais a responder que o próprio que está sendo diplomado, não se pode permitir sob pena de não haver mais no futuro sessão de diplomação de ninguém. Porque não é obrigatória a presença de nenhum eleitor a uma sessão solene, para ser execrado e colocado sem defesa alguma aos critérios das galerias que se enchem levados por alguns.

Portanto, se condenamos e se condenam

atitude de quem inopinadamente levou às galerias pessoas para aplaudirem e para vaiarem, não podemos neste instante deixar passar sem a cobrança da atitude de quem deveria ser tomada por quem dirigia a Mesa, de impor naquela casa, naquele ato que era solene o respeito que mereciam as pessoas que estavam sendo diplomadas.

E cada vez que nos vergamos aqui, colaboramos para deixar que o conceito da classe política desmorone cada vez mais.

Muitos dos Parlamentares que aqui estão repetirão o próximo mandato. E é importante que nós também, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quando viermos a votar matéria de outros poderes, quer do Executivo, ou do Judiciário, venhamos a tomar também as medidas de cautela, de aprofundamento de discussão, de análise crítica dos problemas. Porque esta Casa, numa demonstração de total independência, não tem nem sequer avaliado com profundidade as matérias que aqui votamos concernentes ao Judiciário. No entanto, ao próprio discurso havido no final do encerramento, depois de ter sido enxovalhado pelo povo, ficou no discurso a impressão total de que o único Poder que tem contas a pagar é o nosso. De que o Tribunal eleitoral tem dificuldades porque lhe faltam recursos, quando todos sabemos que 1.9 a mais do que permite a Constituição foi gasto pela Justiça este ano. E nós temos que ouvir, assistir, bater palmas quando não temos o direito de sequer defender a nossa dignidade em um instante de uma sessão solene do Tribunal Regional Eleitoral.

Vou encaminhar à Mesa este voto de pesar, lamentando o acontecido no Teatro Guaíra. E não o faço em causa própria. Tive a felicidade de talvez até pelo desconhecimento do meu nome nas galerias que lá estavam de não ter sido vaiado; mas não posso aceitar o espetáculo de ver homens de bem, trabalhadores respaldos pelo voto onde nas suas comunidades, lá no local onde moram, lá onde o povo os conhecem serem enxovalhados por pessoas que nem sequer sabem o comportamento ético e de trabalho daquele que foi diplomado.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Parlamentares.

Faço este pronunciamento para desagravo deste Poder que foi, indiscutivelmente, enxovalhado no ato da diplomação no Teatro Guaíra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela segunda vez sou o Deputado mais votado do Paraná. Pela segunda vez o Paraná levou às urnas os votos suficientes pa-

ra que eu voltasse a este Parlamento, onde aprendi muito. E sábado, no Teatro Guaíra, a mim, confesso que não preocupou, porque oitenta e seis mil pessoas, que votaram em mim, e vinte e sete mil da Capital, porque eu ganhei as eleições na Capital, derrotei esse rapaz, que quer ser Prefeito da Capital.

Então, fiquei olhando para as galerias, a galeria de baixo, todo mundo aplaudindo, em cima dava-se a impressão realmente, que o jogo era marcado. Marcado para o PRN, marcado para o grupo do Deputado Martinez, que perdeu as eleições no Paraná. Perdemos as eleições, respeitamos o novo Governador do Estado, respeitamos o partido que venceu as eleições. Mas, o que não entendi, vou citar um exemplo: A Deputada e diplomada Emília Belinatti, recebeu da galeria nomes que eu não posso falar nesse microfone, eu nunca vi aquilo na minha vida.

O Deputado José Afonso recebeu ofensas que eu nunca ouvi, o Deputado Rafael Greca, fizeram um coro que eu fiquei petrificado na cadeira.

O Deputado Neivo Beraldin, recebeu ofensas que eu também não conseguia entender, eu não entendi o jogo no Teatro Guaíra. Comecei a compreender quando o coro cantava o nome desse cidadão como candidato a Prefeito nas próximas eleições, aí deu-se para entender qual era a grande jogada no Teatro Guaíra.

O Deputado Anibal Khury, que não compareceu à diplomação, foi ofendido e o Deputado Algaci Túlio, mas olha o Deputado Rubens Bueno quando subiu, eu fiquei apavorado com o que ouvi no Teatro Guaíra. Mas, o que mais me assustou foi a Mesa não ter tomado nenhuma providência. Uma sessão solene presidida por brilhantes desembargadores do Paraná, deveria ter tomado uma atitude digna, mandando evacuar as galerias e depois prosseguir a sessão.

Eu não posso admitir que esses Deputados diplomados, que ainda não são Deputados, vão ter que no dia 1º de fevereiro, aqui prestar um juramento, para assumir de fato o cargo de Deputado Estadual. Agora, comenta-se aí fora que vem vindo um grupo para cá para desestabilizar a Assembléia, como se aqui dentro só tivesse marginais, bandidos. Isso eu não posso admitir, porque esta Casa é formada por homens que têm vergonha na cara! Por homens de respeito! Por homens idôneos!

E nós sempre estamos aqui, uma hora para defender o BRDE outra para defender ou criticar qualquer Mensagem do Governo, ainda para aplaudir Mensagem do Governo, para criticar algum projeto de algum Deputado, para aplaudir projetos do mesmo Deputado, estamos aqui para cumprir com as nossas obrigações!

Não me arrependo de ter sido Vereador, de ter sido Deputado estes 4 anos, e não vou me arrepender de continuar neste Parlamento, continuar aqui trabalhando ao lado dos meus colegas que dignificam este Parlamento, não só no Paraná mas em todo o Brasil.

E peço para que a Presidência desta Casa, em nome da decência, em nome da moral, que providências sejam tomadas, para que no dia 1º de fevereiro estas galerias não sejam lotadas pelos mesmos, para aqui denegriram, afrontarem, desrespeitarem este Parlamento! Porque eu vim aqui com votos, as urnas me trouxeram a esta Casa e eu exijo respeito! Respeito, não só a mim mas a todos os Deputados, seja do PMDB, seja do PT, seja do PSDB, do PTB, de todos os Partidos. O mínimo que nós temos que exigir é respeito! Não é só ao Deputado José Afonso, ao Rubens Bueno, à Presidência, mas a toda esta Casa!

Por isso eu gostaria que no dia 1º de fevereiro, quando formos prestar o juramento de honrar estas duas bandeiras, honrar o Regimento Interno desta Casa, honrar o diploma de Deputado, espero que a Presidência desta Casa não permita que elementos pagos venham aqui tumultuar, degradar e ofender este Parlamento! Doa a quem doer, Vossa Excelência Deputado Anibal Khury, tem que tomar as devidas providências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"Desde que foi decretada a liquidação extrajudicial do BRDE, tenho acompanhado toda a movimentação para reativar o Banco. Os parlamentares desta Casa uniram-se aos demais segmentos da sociedade e, em 14.03.90, o processo foi sustado, passando o BRDE por uma forma de administração compartilhada. Era de crer que com ele voltasse a operar normalmente, o que não aconteceu de imediato devido a dificuldades no acerto com o BNDES.

Quando tudo se encaminhava para uma definição favorável, estranhamente o Poder Executivo enviou a esta Casa uma mensagem com anteprojeto pedindo autorização para o Paraná retirar-se do convênio CODESUL/BRDE.

Ficamos perplexos! Por que desfazer-se o Estado de um Banco saneado? O Governador Álvaro Dias, com certeza tomou essa decisão baseado em informações bem fundamentadas, e que nós, parlamentares, não conhecemos, uma vez que as justificativas apresentadas carecem de dados mais consistentes. É importante que nos cheguem às mãos

os dados completos. Se nós vamos decidir, precisamos conhecer a fundo a questão, sob pena de tomarmos uma decisão baseada apenas em "ouvi dizer". Nós mesmos podemos, no futuro, nos cobrarmos um erro baseado não na ignorância, mas na omissão.

Temos certeza de que todos aqui somos tão paranistas quanto o nosso Governador. Queremos que o Paraná cresça e saia da periferia econômica. A situação atual só interessa aos estados econômica ou politicamente mais fortes. A Região Sul está criando uma nova relação que incomoda àqueles que sempre consideraram o Paraná como um Estado eminentemente agrícola, o que para nós é um estágio e não uma situação permanente. A industrialização é hoje uma grande realidade aqui. A agroindústria passa por um processo de franco desenvolvimento com claras vantagens para o Estado. Nestes últimos 20 anos, o papel do BRDE neste processo foi fundamental. Isto ninguém pode negar.

O BRDE não é um ilustre desconhecido. Algumas coisas nós sabemos dele. Por exemplo:

- que, por ser uma autarquia, está imune aos tributos. Com isso, só nos últimos 8 anos, o Paraná deixou de recolher aos cofres da União US\$ 36,0 milhões. Esses recursos não foram para o Norte/Nordeste. Foram reaplicados aqui;

- o BRDE criou, ao longo de seus 29 anos, 58.000 empregos só no Paraná.

- enquanto o nosso Estado capitalizou US\$ 66,0 milhões em 29 anos, o BRDE, por ser regional, aplicou no Paraná quase US\$ 3,0 bilhões, gerando ICM no valor de US\$ 343,0 milhões;

- o Estado do Paraná nunca teve que pagar a folha do pessoal do BRDE, pois o Banco sempre gerou suas próprias receitas.

Isto nós sabemos do BRDE. Existem, porém, muitos questionamentos que merecem um estudo:

- por que, enquanto a própria Constituição Federal privilegia outras regiões com seus bancos regionais, destinando-lhes recursos por dispositivos constitucionais, por que, repito, nós estamos leiloando um patrimônio de 29 anos? A quem isso vai beneficiar?

- Enquanto o Norte e o Nordeste conseguem unir-se e liberar Cr\$ 45,0 bilhões num momento de crise, o Sul dá mais uma vez um mau exemplo de desunião. Quem justifica isso?

- Num momento em que o mundo prega a união das economias, nós teimamos em buscar o isolamento. Será o Paraná o único a marcar certo o passo?

Será que todos sabem quanto vai custar ao Paraná sair do BRDE?

Quem vai cobrir o PL negativo da Agência de Curitiba que hoje é coberto pelos

demais membros e que é de Cr\$ 4,6 bilhões, em balancete de setembro/90?

Quem vai compensar a nossa Região os mais de US\$ 180,0 milhões que o BRDE pagou ao BNDES nesses 21 meses e que não retornarão à Região? Para onde foram esses recursos?

Quem vai financiar a longo prazo as indústrias - pequenas e grandes, em seus projetos de implantação e expansão?

Em que um Banco saneado e sólido como o BRDE atrapalha o sistema financeiro do nosso Estado?

Não será importante, então, proceder-se a um estudo mais amplo de todo o sistema financeiro do Estado?

Qual é a visão de desenvolvimento de longo prazo, uma vez que se quer liquidar um Banco de Desenvolvimento por ser saudável e outro porque tem lá suas dificuldades? Ou o desenvolvimento, não interessa ao Paraná?

Neste contexto, a pressa só vai levar-nos a decisões precipitadas.

Um adiamento é aconselhável. O assunto é de extrema importância e os questionamentos por demais relevantes.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sou a favor da retirada da pauta do dia, da Mensagem do Senhor Governador sobre o BRDE até que se possa analisar o contexto maior com mais profundidade.

Vamos votar de acordo com o requerimento do Deputado José Rogério Carvalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para falar sobre o item 61 da Ordem do Dia que trata do Projeto de Resolução nº 214/90, sobre a CPI da Saúde que apurou nesta Casa irregularidade na área da saúde no tocante à compra de produtos médicos-hospitalares na gestão do ex-Secretário Doutor Manoel Antonio de Almeida Neto.

E até a propósito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desse espetáculo deprimente que aconteceu segundo eu soube pela imprensa e pelos colegas desta Casa no dia da diplomação dos eleitos do Paraná no último pleito eu gostaria de fazer uma observação, parodiando, até, Gabriel Garcia Marques sobre a crônica de uma "Morte Anunciada", um filme que recentemente foi exibido aqui em Curitiba sobre esta obra deste grande escritor.

Parece-me que o que acontece com o Poder Legislativo no nosso País e no Estado do Paraná é semelhante e tem a mesma trajetória porque no momento político e his-

tórico em que vivemos onde a gente sente que o Poder Legislativo é seguidamente exposto, e de uma certa forma agressiva, atendendo a interesses nem sempre muito claros, o Poder Legislativo é exposto porque o Poder Legislativo é um Poder desarmado, o Poder Legislativo é na verdade o único Poder que é com críticas ou sem críticas exposto à participação e à pressão da população, e o Poder Legislativo é o único, neste momento, que não dispõe e não arregimenta verbas para, na maioria das vezes, comprar os meios de comunicação.

Talvez eu não dissesse isso aqui neste momento, comprar os meios de comunicação, se eu tivesse sido eleito Deputado Estadual na última eleição de 03 de outubro, mas hoje, descompromissado e sem temer inclusive retalhações porque não tenho o Poder para ser perseguido e sofrer retalhações.

Na verdade, o Poder Legislativo tem muitos defeitos, merece muitas críticas, tem que aprimorar e tem que melhorar, mas na verdade o Poder Executivo que dispõe dos recursos para quase sempre comprar os meios de comunicação, e o Poder Judiciário porque tem o Poder de fazer justiça acaba coibindo as perseguições e mesmo o processo democrático interno das suas instituições colocando para a população o que lá dentro ocorre.

Mas, falava com Paulino e com Nereu, meus colegas de Bancada, o povo é sábio, o povo sabe o que quer, o povo não é ignorante, o povo é culto, o que o povo precisa, na verdade, é de informações, para que ele, através das informações possa formar a sua opinião e possa quando participa, e deve participar sempre, tomar suas decisões.

E eu digo neste momento, até como desabafo e como último pronunciamento que faço nesta Casa, porque a nossa Legislatura, o nosso mandato se encerra daqui a dois dias.

O povo foi sábio, e eu estou aqui em solidariedade aos colegas e companheiros que foram vaiados, mas, de uma certa forma o povo fez com que eu não participasse desse espetáculo deprimente que ocorreu no Teatro Guaíra.

Mas, Senhor Presidente, eu quero falar sobre o relatório da CPI da Saúde, que concluímos na semana passada aqui nesta Casa, e rapidamente pedir a atenção de todos os Parlamentares, porque no momento em que nós falamos nas prerrogativas do Poder Legislativo, na desmoralização do Poder Legislativo, em entendo que neste momento em que nós temos e apuramos e aprovamos na CPI da Saúde, e trazemos a esta Casa um Projeto de Resolução a ser aprovado para que esta CPI chegue até o Ministério Público e que o Ministério

Público decida abrir ou não um inquérito sobre esta questão no Paraná, é um dos momentos importantes para que o Legislativo assumindo as suas prerrogativas, a sua responsabilidade, aprove este trabalho que foi realizado nesta Casa, dando transparência e levando à opinião pública do Paraná, a fiscalização do Poder Executivo, do qual eu falei anteriormente.

Embora entendendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a saúde da população depende muito mais da sua qualidade de vida, como condições de alimentação, moradia, saneamento básico, transporte coletivo, trabalho, salário justo, educação etc.

E, Senhor Presidente, eu já observo que o Plenário começa a ser esvaziado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu observo que o Plenário começa a se esvaziar no momento em que nós temos uma questão importante para analisar, que é esta CPI da Saúde, se não tivermos quórum hoje para votar e aprovar este projeto de resolução, eu vou chegar à conclusão que o povo é sábio e, que talvez o espetáculo do Teatro Guaíra não tenha sido tão injusto, mas eu continuo dizendo que a saúde da população depende muito mais da sua qualidade de vida, do que do médico, do remédio e do hospital.

Mas, entendemos também que não podemos em nenhum momento nos omitir em relação à aplicação dos poucos recursos públicos alocados para as políticas sociais, entre as quais a política de saúde, que se nos apresenta de fundamental importância num País como o nosso, onde o perfil de saúde da população brasileira é resultado de uma série de determinações expressas pelas condições de pobreza e de desigualdade de renda e acesso a condições dignas de alimentação, moradia, educação e qualidade do meio ambiente.

Os últimos dados disponíveis revelam que 43 % dos trabalhadores do Brasil, recebem até um salário mínimo mensal.

Vinte e oito milhões de ocupados não são contribuintes da Previdência Social.

57% dos empregados assalariados, não têm Carteira de Trabalho assinada e

20,7% das pessoas de 15 ou mais anos de idade são analfabetos, e que 22% dos domicílios urbanos não têm sistemas adequados de abastecimento de água, e 36% não têm instalações de esgoto.

Pode-se dizer que mais de um terço das crianças com menos de cinco anos sofrem risco nutricional, o que se reflete nas altas taxas de mortalidade infantil e, ainda têm nas doenças do aparelho digestivo e respiratório as principais causas de morte.

Lê:

Em função, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desse deteriorado quadro social

brasileiro é que nos últimos anos, em segmentos importantes da sociedade brasileira vêm-se discutindo a necessidade da chamada "Reforma Sanitária", discussão que ocorre seja em órgãos governamentais, nas universidades, nos meios de profissionais ligados à área, seja no meio de movimentos sociais e de trabalhadores.

Sob o ponto de vista constitucional, avançamos muito, pois a Constituição Federal, assim como a Estadual, tem inserido nos seus textos: saúde como um direito de todos e dever do Estado, cujo objetivo deve ser alcançado através do Sistema Único de Saúde- SUS.

Conclui-se, portanto, que uma reforma sanitária, requer, para seu pleno desenvolvimento, uma reforma social, pois alcançar a meta de obter para todos os cidadãos um grau de saúde que lhe permita levar uma vida social e economicamente produtiva significa adotar com enfoque que não restrinja a saúde simplesmente à ausência de enfermidades, mas considerá-la como expressão de uma adequada qualidade de vida.

Portanto se estamos avançando política e constitucionalmente sobre a conquista dos direitos sociais pelo cidadão brasileiro, é necessário que paralelamente as instituições se aproximem na administração pública, na eficiência e na eficácia da aplicação dos recursos públicos, assim como as sociedades através dos seus instrumentos legais não se omita e coíba as fraudes, os desvios, os favorecimentos pessoais e a impunidade.

Entendendo, ainda, que o papel do Parlamentar e da Assembléia Legislativa, não seja o de julgar, nem mesmo o de pré-julgar, mas sim, atuar politicamente na fiscalização do Executivo, confiando na ação do Ministério Público e do Judiciário, é que passo a fazer o meu relatório, anexando a ele as peças que considero importantes para a construção e montagem dessa CPI.

(Lê):

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO "SAÚDE II"

RELATÓRIO FINAL

I- HISTÓRICO

Nos termos do disposto do parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual e nos moldes das determinações contidas no Regimento Interno desta Casa, combinado com o que estabelece a Lei Federal nº 1579/25, a requerimento do Deputado José Rogério Carvalho, foi instalada, a 12 de setembro de 1990, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as

possíveis irregularidades na área de saúde no tocante à compra de produtos médicos-hospitalares.

Presidida pelo Deputado Algaci Túlio, tendo sido designado como Relator o Deputado Haroldo Ferreira, a Comissão tem como membros titulares os Deputados: Luciano Pizzatto, José Felinto, Luiz Antonio Setti, Leonidas Chaves e Dirceu Manfrinato.

Enviado ofício à Polícia Federal, foi por ela encaminhada e está devidamente anexado aos autos, cópia do Inquérito Policial, por ela realizado.

Foram ouvidos os depoimentos de todas as pessoas envolvidas, nos noticiários da imprensa que deram origem à instalação desta CPI, de servidores envolvidos com a área da saúde e, por último do Sr. Manoel Antonio de Almeida Neto, ex-Secretário de Estado da Saúde, após diversas tentativas frustradas, de obter o seu comparecimento. Todos os convocados compareceram para depor e foram ouvidos sem qualquer coação ou constrangimento.

PARECER

A preocupação fundamental desta Comissão Parlamentar foi desde o momento de sua instalação, a de com seriedade, mais estritamente atida aos princípios da moral, ética e justiça, tentar resgatar a imagem do administrador da coisa pública, tão denegrida e desacreditada em nosso País.

Noticiário quase diário, na imprensa nacional, nos dias que antecederam o requerimento de constituição desta CPI, deixaram estarecida a opinião pública, pela gravidade das acusações imputadas ao ex-Secretário da Saúde, Doutor Manoel Antônio de Almeida Neto.

E com toda a cautela e isenção de ânimos, começou-se a ouvir os depoimentos de acusadores, testemunhas e implicados, iniciando-se pelo Sr. Osny Ribas Alves, ex-Diretor Econômico e Financeiro da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

Seu depoimento, foi contundente.

Disse inicialmente que havia solicitado a exoneração de seu cargo por não concordar com as compras de materiais de consumo e material médico-hospitalar sem a devida licitação, face ao porte desses encargos, cerca de 420 milhões de cruzeiros (doc. n° , folha n° 1), disse, também, que, embora reconhecendo uma certa emergência na situação pois o estoque de medicamentos e material médico-hospitalar da Secretaria estava bastante baixo (doc. n° , fl. 08), não concordava com o montante da operação a ser realizada sem a devida licitação. mencionou que estranhava que para tal, houvesse o respaldo de Parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil (doc. n° , fl. 05, doc. n°).

O depoente apontou, ainda um processo, este agora com licitação, para a locação de veículos em que a concorrência, a seu ver, era eivada de vício, pois, pelas características do edital, conduzia o processo a uma única empresa, que, na realidade foi a vencedora (doc. n° , fl. 02 e 03).

Esse processo, no entanto, segundo havia chegado a seu conhecimento, havia sido anulado.

Um dos fatos graves denunciados pelo depoente, foi a adulteração de documentos que apontavam como fonte de recursos para compra a fonte 00 (recursos do Estado), documentos estes que foram rasurados para fazer constar que a fonte passaria a ser 81 (recursos repassados pelo Ministério da Saúde), o que seria incompatível com o destino a ser dado ao material comprado, pois parte dele foi repassado a hospitais filantrópicos e universitários, que não poderiam ser beneficiados como de fato foram com recursos de tal origem (doc. n° fls. 07, 11, 16, 17).

Mencionou ainda, a estranheza que lhe causou o comportamento do Doutor Francisco Beduski, que atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro, mas que na época era médico do Hospital Geral do Portão, que interessou-se vivamente em pegar os empenhos na tesouraria, levá-los ao Gabinete do Secretário, para, posteriormente, entregá-los à empresa fornecedora (doc. n° fls. 18).

Na reunião de 24 de outubro de 1990, essa Comissão Parlamentar ouviu a Doutora Suzana Lau, sub-chefe da Casa Civil do Governo do Estado, que historiou a participação daquele órgão no caso das compras sem a devida licitação, baseado em parecer assinado pela doutora Eluani de Lourdes Snége, sua subordinada (doc. n° , fls. 03, doc. n°).

São palavras textuais da Doutora Suzana: "Eu me sinto extremamente preocupada, constrangida com tudo isto que está acontecendo, uma vez que, eu queria deixar muito claro que através dos jornais, através da televisão, inclusive na própria Polícia Federal, eu tive acesso ao processo que o Delegado tinha em mãos, onde estava demonstrado cabalmente algumas irregularidades flagrantes, terríveis e chocantes, eu poderia dizer" (doc. n° , fl 10).

E mais adiante: "E a partir daquele momento o que se ouve, o que se vê - e eu tive acesso na Polícia Federal, foi realmente um flagrante desvio da autorização governamental e que no Parecer, jamais, em momento algum, ele disse, Sua Excelência o Governador que poderia dispensar a licitação e que jamais disse que poderia dispensar os princípios básicos da Administração, que são a moralidade, a probidade, a

honestidade e a integridade que são princípios que não são nem legais, são supra-legais" (doc. n° - fls).

Ouvindo a seguir o Doutor José Elias Aíex Neto, cujas denúncias desencadearam o noticiário na imprensa escrita, falada e televisada, desencadearam a sindicância no âmbito do INAMPS, e o posterior inquérito junto à Polícia Federal, colaborou este, todas as suas acusações veiculadas pelos órgãos da imprensa, e apresentadas junto à autoridade policial federal, apresentando volumosa prova documental onde se constata que as aquisições de material efetuadas pela Secretaria de Estado da Saúde, além de serem sido concretizadas de forma irregular, o foram, também, por preços absurdos, muitas vezes, até completamente fora da realidade do mercado (docs. n°s). A seguir, foi ouvido outro denunciante, o Doutor Paulo Roberto Sbaraini, do Programa de Atendimento aos Ostomizados, que reiterou as graves acusações feitas no tocante à aquisição de bolsas de ostomia, colostomia e urostomia, aquisição que, contrariando o pedido do órgão interessado e encarregado de sua distribuição, teve, alteradas as especificações do pedido de origem, para, aparentemente, beneficiar, um único vendedor.

Neste caso, no mínimo causa estranheza o fato de que funcionários leigos, da Comissão Permanente de Licitação, sem formação médica, houvessem por bem alterar as especificações do pedido do órgão especializado, deixando de comprar 50.000 unidades de um produto solicitado, no valor de 8,40 a unidade, para seu bel prazer, alterando as especificações sem Parecer do órgão técnico, fazer constar do edital as especificações exatas de um produto que apenas uma determinada firma possuía, a um preço de 275,70 a unidade.

Tal desfassatez custou ao Estado do Paraná, um prejuízo de, aproximadamente, Cr\$ 13.000.000,00 (doc. n°).

Por último, foi ouvido o ex-Secretário de Estado da Saúde, Doutor Manoel Antônio de Almeida Neto, apesar das dificuldades encontradas para intimá-lo e obter o seu comparecimento, negou o mesmo, a participação em qualquer irregularidade embora todos os depoimentos, tanto perante esta Comissão, como perante a Polícia Federal, tenham sido unânimes em apontá-lo como diretamente envolvido em todos os processos de aquisição irregular de material aqui relacionados (doc. n°).

Não há como negar, não há como omitirmos. O doutor Manoel Antônio de Almeida Neto, foi indiciado pela Polícia Federal como autor de crime de peculato, face a esmagadora prova documental e depoimentos ali prestados, muitos dos quais reproduzidos perante a esta Comissão.

O crime cometido o foi, graças à investidura em cargo da mais alta importância na administração direta do Estado e foi este e sua população, principalmente a de mais baixa renda, que mais depende da assistência médica e hospitalar gratuitas, os maiores lesados por sua administração viciada e desastrada.

Nestas condições, o Paraná, os seus homens públicos que ainda acreditam na decência e na lisura no trato da coisa pública, não podem se omitir.

Paralelamente ao processo que ocorre a nível Federal, nos termos do disposto no parágrafo 3°, do artigo 62, da Constituição Estadual, concluímos pelo envio dos autos desta Comissão ao Ministério Público, com cópia ao Tribunal de Contas do Estado, que são, doravante, as autoridades competentes para resgatar a credibilidade da Administração Pública em nosso Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

HAROLDO FERREIRA

Relator.

Assinam este Parecer o Deputado Algaci Túlio, Presidente da Comissão e o Deputado Haroldo Ferreira, Relator dessa comissão, salientando que este Parecer foi aprovado na sexta-feira última próxima passada, no âmbito da própria CPI, e concluindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu que nesta Legislatura, até por ser da área, tive um comportamento e um acompanhamento direto das políticas de saúde neste Estado, que inclusive fui presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava as possíveis irregularidades na gestão também do ex-Secretário, Doutor Delcino Tavares, devo dizer que por um lado eu fico contente com o caminho que se deu à eleição aqui no Paraná, porque entendendo que o "calcanhar de Aquiles", da administração Álvaro Dias foi, sem dúvida nenhuma, no setor da saúde.

Mas, espero e tenho confiança que o novo Governador que assume a 15 de março, o Governador Requião, que foi prefeito de Curitiba, e que tem homens preparados e preocupados com a questão da saúde no Paraná, eu poderia citar, aqui mesmo nesta Casa, dentro do PMDB, o Deputado Lauro, assim como tem o Doutor Nizan Pereira de Almeida que foi Secretário Municipal Saúde em Curitiba, onde aqui fez um grande trabalho no setor da saúde, que essas questões do uso inadequado dos recursos públicos, principalmente nas políticas sociais e na área da saúde aqui no Paraná, possam terminar, para que esses poucos recursos possam, sem dúvida nenhuma, num momento de crise, de fome, de desnutrição, e de mar-

ginalização da grande maioria da população brasileira, esses recursos possam ser bem aplicados no interesse da própria população.

E conto, neste momento, com o apoio e com o voto de todos os Deputados desta Casa, não por mim, mas pela própria Casa que foi recentemente aviltada no dia da diplomação dos eleitos do Paraná para que, aprovando este projeto de resolução, possamos cumprir o papel de Parlamentar e da Assembléia Legislativa, encaminhando ao Ministério Público para que lá se decida, se abrir um inquérito ou não sobre essa questão da compra de produtos médicos-hospitalares no Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PL.

Declina.

PDS.

Declina.

PDC.

Declina.

PTB.

Declina

PRN.

Concedo a palavra ao Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Hoje, realmente não iria usar o Horário das Lideranças, mas não podemos deixar de externar a nossa solidariedade aos Deputados e principalmente às nossas famílias, pela profunda ofensa que foi a solenidade de diplomação, neste sábado, dos Deputados, Senador e Governador eleitos.

Gostaria de ressaltar, utilizando as mesmas palavras do Presidente do Tribunal, de que "tudo tem que ter limite".

O nosso grato Presidente citou Montequieu dizendo que "até mesmo a virtude deveria ter limites", quanto mais um ato de profunda ignorância e ofensa.

Gostaria somente de deixar aqui ressaltado de que a ofensa não foi tanto às pessoas que estavam sendo diplomadas, mas foi uma profunda violência para os nossos familiares e para os convidados que, com o maior respeito, viram candidatos, amigos e candidatos adversários sendo diplomados e não houve, da parte destes familiares, nenhuma manifestação de ofensa ao candidato A ou B.

Acho que se não colocarmos neste País um ponto sério no que vem a ser a democracia, se não colocarmos junto aos Poderes e junto à população de que a democracia é liberdade, é uma questão relativa aonde o

respeito é fundamental, só poderemos caminhar para um sistema de anarquia, um sistema inaceitável, um sistema inconcebível.

A liberdade, em qualquer parte do Universo, não existe de forma plena. Ou ela está presa pelas Leis da Física, ou está presa por Leis Materiais, ou está presa por Leis Morais e de concepção.

Qualquer medida tomada por esta Assembléia seja através do Tribunal Regional Eleitoral, seja através do Plenário, deverá ter apoio de todos os atuais e futuros Deputados que foram profundamente ofendidos.

E acho que uma medida, seja ela qual for, espero que a Executiva proponha, precisa ser tomada, para que uma atitude de violência tão profunda não passe despercebida e abra um precedente sério na nossa história política e, principalmente, na nossa história de relação entre os Poderes.

Na oportunidade também gostaria só de destacar que após um ano de tramitação, debate, consulta e seminários, na nossa Lei Florestal está hoje em terceira votação, mas que considerando que eventualmente alguns Deputados ainda desejem fazer modificações, propusemos e aceitamos a proposta da Liderança do PMDB em deixar esta votação para uma data vindoura que, espero seja ainda neste período Legislativo, durante o processo que ainda irá decorrer.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Agradeço a Vossa Excelência. Apenas aproveitando um gancho, quando Vossa Excelência coloca a questão da diplomação, quero parabenizar Vossa Excelência uma vez que também tive a infelicidade de sentir o vexame de meus familiares no Teatro Guaíra.

Minha família deixou a região que represento, a 550 km para trazer a solidariedade a nós, e passaram a ver um fato daqueles.

Mas tenho impressão, Deputado Luciano Pizzatto, de que nós, nesta Assembléia Legislativa do Estado, temos tido até um comportamento excessivo na democracia do Poder.

Aqui deixamos todas as manifestações que tiveram na Presidência do ilustre Deputado Anibal Khury, as galerias sempre e fizeram presentes nas manifestações quer salariais ou quer de outros tipos que por aqui passaram.

Eu entendo que chegou o momento oportuno para que os Deputados, tanto os Deputados Estaduais como Federais, passem a tomar uma nova posição daqui para frente,

fazendo com que haja democracia dentro do Poder: mas, acima de tudo, que exista o respeito pelo Poder e pelo Deputado.

Se nós já buscamos na Constituição Federal como na Constituição Estadual as prerrogativas que foram tiradas do Parlamento, acho que temos que ter o direito de usar das prerrogativas que a Constituição nos oferece.

Isto serve de exemplo e serve de alerta aos Deputados para não passarem mais por esses tipos de vexames desmoralizantes.

Não fui vaiado, mas não é por isso que não deixo aqui meu voto de repúdio pela posição colocada dentro do Teatro Guaíra.

Parabenizo Vossa Excelência por esta brilhante colocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL...

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Só para concluir, Senhor Presidente.

Eu agradeço o aparte do Deputado Manfrinato, porque da mesma forma que Vossa Excelência, eu me senti, depois da sessão, profundamente envergonhado, não por mim e por minhas atitudes morais, mas pelos fatos que aconteceram naquela sessão.

Senti-me profundamente envergonhado em enfrentar a minha família, a qual esperava presenciasse um momento de felicidade, de festa, especialmente porque é a família que passa por meses e meses de sacrifício, para que a gente possa conquistar um espaço político em defesa de nossas idéias.

E acho que esse fato não pode, realmente passar despercebido.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL.

Declina.

PDT.

Declina.

PT.

Nobre e ilustre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, demais presentes a nossa sessão de hoje.

A minha preocupação principal neste dia não é com o ato da diplomação que ocorreu sábado. Estou preocupado com uma outra barbaridade manifestada por escrito, assinada por Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, na semana passada.

Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná, impõe mais um desaforo ao servidor público do Estado, através da Mensagem, propondo a reposição de perdas salariais durante o exercício de 1990. É com isto que estou preocupado, nesta primeira sessão do nosso período Legislativo.

Certamente dentro de poucos dias, porque espero que esteja na bica das discussões e votações tal Mensagem com os devidos pareceres, e que já peço a atenção dos nobres Parlamentares, precisa ser modificada porque senão estaremos cometendo uma grande injustiça contra 195 mil famílias de paranaenses que prestam o serviço mais essencial ao Paraná, que é o serviço público do nosso Estado.

Acompanhei na campanha eleitoral os discursos de Sua Excelência, nosso Governador, quando justificava o apoio ao candidato vencedor e que o eixo do seu discurso, eram as críticas ao Governo Collor, e pensava alguns absurdos que no qual nós concordamos no Governo Collor. Entre elas a política salarial do Governo Collor, que é um absurdo. Agora, neste momento, passadas as eleições, analisando esta Mensagem Governamental, tenho o desprazer de comparar os dois e igualá-los. Tanto Collor que oferece um abono de 3%, para os trabalhadores brasileiros, após dois meses de tentativa de entendimento nacional. E agora o nosso Governador do Paraná, quando os nossos servidores, sofrem uma defasagem acumulada durante o ano, de 365%, a proposta Governamental é de uma reposição de apenas 185%, escalonado durante meio ano, onde o total que deveria ser pago no próximo mês, a defasagem do ano será pago até junho de 1991.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Permite-me um aparte Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo se for possível nobre Deputado.

O Sr. Caíto Quintana - Eu lamento que não vá ser possível, mas nós vamos discutir isso, na votação da Mensagem, para colocar os equívocos do papel que deram para ler.

O SR. PEDRO TONELLI - Nobre Líder do Governo,...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu acho que a assessoria de Vossa Excelência falhou.

O SR. PEDRO TONELLI - Exatamente por esse motivo que eu estou trazendo à tona essa preocupação, porque eu acho que qualquer Governador decente, qualquer Líder do Governo, não subscreveria tal proposta sobre as alegações que estariam repondo as perdas dos servidores públicos do nosso Estado.

O nosso Governador do Estado do Paraná na imprensa continua alegando que as finanças do Paraná não comportam uma reposição justa.

Quem é o culpado pelas finanças públicas do nosso Estado estar na atual situação Senhor Presidente, Senhores Deputados? São os servidores? Ou é a incapacidade, a incompetência desse Governo de ter uma política austera, tanto no arrecadar, bem como no gastar.

Ora, será que mais uma vez o servidor público, o trabalhador assalariado será o culpado pela incompetência de arrecadar, de distribuir os recursos e pelo déficit, pela situação de déficit que se encontra o nosso País e o nosso Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tempo não permite os apartes e estou com tempo limitado e costumo respeitar o Regimento Interno. Apelo para que os nobres Parlamentares nesse período extraordinário, vamos assumir a responsabilidade que é nossa, vamos usar das nossas prerrogativas, vamos analisar profundamente esta mensagem e vamos alterá-la de acordo com a vontade e com as necessidades, fazendo justiça aos nossos servidores públicos dos três poderes aqui do Estado do Paraná.

Então, esperamos, a compreensão, a dedicação para as alterações necessárias nessa mensagem, aliás, inclusive, essa Mensagem está propondo algo que já esperava-se sepultado, a volta do Decreto para estabelecer reajuste no vencimento dos servidores públicos, como se esse Parlamento... (vozes paralelas).

Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Ofício n° 124/90, subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, comunicando a este Poder, que por motivos particulares, estarei ausente do País por 20 dias, a partir de 19/12/90.- À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 168/90.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 266/90.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando preferência de

discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 214/90.- Prejudicado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 168/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que aprova o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral às emendas apresentadas ao referido Projeto, bem como o substitutivo geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 168/90

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Douta Comissão Executiva, visa elaboração do novo Regimento Interno desta Casa de Leis. Assim o fez a sobredita comissão por considerar a necessidade de adaptar o funcionamento e o processo legislativo desta Augusta Assembléia Legislativa às novas Constituições Federal e Estadual, ambas inovadoras e progressistas.

A iniciativa de elaboração do novo Regimento Interno da Casa é de preeminente necessidade, já que o antigo Regimento até agora vigente data de 16 de dezembro de 1960, sendo-lhe, assim, impossível seguir os avanços políticos ocorridos até o momento e por tal motivo inapropriável a atual realidade legislativa brasileira. O progresso e a inteligente posição de se adequar a realidade presente, calcada na sabedoria conseguida no passado, é dever de todos os homens, principalmente daqueles com conhecimento político.

Devido a complexidade e a enorme importância da matéria, foi apresentado grande número de emendas, no sentido de aprimoramento da proposta originária, o que, por bem achamos mister a apresentação de um Substitutivo Geral, adequando-as.

Assim sendo, o presente Substitutivo Geral atende as normas constitucionais tanto federais quanto estaduais, no seu aspecto técnico e legal.

Nestas condições, somos pelo Parecer FAVORÁVEL a aprovação do Projeto de Resolução em tela e suas emendas, na forma do Substitutivo Geral por nós aqui apresentado.

Sala das Sessões, em

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ERONDY SILVÉRIO

Relator

EMENDAS INCORPORADAS AO SUBSTITUTIVO GERAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 168/90

EMENDAS

- N° 01 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 28 inciso II
- N° 02 - DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI - Art 56
- N° 03 - DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI - Art 23 inciso IV
- N° 05 - DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO - Art. 251
- N° 08 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 7° § 3° e Art. 8° "caput"
- N° 09 - DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO - Art. 10 "caput"
- N° 11 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 28 inciso IX
- N° 12 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 28 acresce um inciso o XIV
- N° 13 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 29 acresce um parágrafo
- N° 14 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 28 § 1°
- N° 15 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 33 inciso III do § 1°
- N° 16 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 33 inciso XII do § 1°
- N° 19 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 94 cria o § 1°
- N° 21 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 160 § 4°
- N° 25 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 3°
- N° 26 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 4° § 4°
- N° 37 - DEPUTADO CAÍTO QUINTANA - Art. 36 § 6°
- N° 43 - DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Art. 69 - suprime parágrafo único
- N° 55 - DEPUTADO NEIVO BERALDIN - Art. 109 - cria mais um parágrafo
- N° 56 - DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO - Modifica o Capítulo IV
- N° 88 - DEPUTADO NEIVO BERALDIN - Art. 4° § 3°
- N° 90 - DEPUTADO CÂNDIDO BASTOS - Modifica o Título do Capítulo VI - Art. 33 inciso XI § 2° e Art 122 - inciso VI do § 3°

ÍNDICE GERAL

- TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- CAPÍTULO I - DA SEDE - art. 1°.
- CAPÍTULO II - DAS SESSÕES LEGISLATIVAS - art. 2°.
- CAPÍTULO III - DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS
- Seção I - DA POSSE - arts. 3° e 4°.
- Seção II - DA ELEIÇÃO DA MESA - arts. 5° a 9°.
- CAPÍTULO IV - DOS LÍDERES - arts. 10 a 12.
- CAPÍTULO V - DOS BLOCOS PARLAMENTARES - arts. 13 a 18.

TÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

- CAPÍTULO I - DA MESA - arts. 15 a 18.
- Seção I - DO PRESIDENTE - arts. 19 a 22.
- Seção II - DOS SECRETÁRIOS - arts. 23

24.

CAPÍTULO II - DA PROCURADORIA PARLAMENTAR - art. 25.

CAPÍTULO III - DAS COMISSÕES

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS - arts. 26 a 28.

Seção II - DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUA COMPETÊNCIA - arts. 29 a 33.

Seção III - DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS arts. 34 a 40.

Seção IV - DA PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES - arts. 41 e 42.

Seção V - DOS PARECERES - art 43.

Seção VI - DAS VAGAS E IMPEDIMENTOS - arts. 44 e 45.

Seção VII - DAS REUNIÕES - arts. 46 a 49.

Seção VIII - DOS TRABALHOS - arts. 50 a 55.

Seção IX - DO ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO - art. 56.

CAPÍTULO IV - DA REMUNERAÇÃO E AJUDA DE CUSTO - arts. 57 a 67.

CAPÍTULO V - DA EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO - arts. 68 a 75.

CAPÍTULO VI - DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE - art. 76.

TÍTULO III - DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

CAPÍTULO I - DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA - arts. 77 a 87.

Seção I - DAS SESSÕES PÚBLICAS - arts. 88 a 94.

Seção II - DAS SESSÕES SECRETAS - arts. 95 e 96.

Seção III - DA AUDIÊNCIA DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO - arts. 97 a 100.

Seção IV - DA ORDEM DO DIA - arts. 101 a 103.

CAPÍTULO II - DAS QUESTÕES DE ORDEM - arts. 104 a 106.

CAPÍTULO III -

Seção I - DA COMISSÃO GERAL - art. 107.

Seção II - DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA ASSEMBLÉIA - art. 108.

CAPÍTULO IV - DA ORDEM INTERNA - arts. 109 a 113.

CAPÍTULO V - DAS ATAS - arts. 114 a 117.

TÍTULO IV - DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I - DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL - arts. 118 a 121.

Seção I - DOS PROJETOS - arts. 122 a 127.

Seção II - DAS INDICAÇÕES - art. 128.

Seção III - DOS REQUERIMENTOS - arts. 129 a 136.

Seção IV - DAS EMENDAS - arts. 137 a 142.

CAPÍTULO II - DAS DISCUSSÕES

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS - arts. 143 a 158.

Seção II - DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO - art. 159.

CAPÍTULO III - DA VOTAÇÃO

- Seção I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- arts. 160 a 163.
- Seção II - DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO - arts. 164 a 169.
- Seção III - DO MÉTODO DE VOTAÇÃO E DO DESTAQUE - arts. 170 e 171.
- Seção IV - DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO - arts 172 a 174.
- Seção V - DO INTERSTÍCIO - arts. 175 e 176.

CAPÍTULO IV - DA PREFERÊNCIA - arts 177 a 181.

CAPÍTULO V - DA URGÊNCIA - arts. 182 a 186.

CAPÍTULO VI - DA REDAÇÃO FINAL - arts. 187 a 189.

CAPÍTULO VII - DO AUTÓGRAFO - arts. 190 e 191.

TÍTULO V - DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I - DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO - arts. 192 a 199.

CAPÍTULO II - DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO COM SOLICITAÇÕES DE URGÊNCIA - art. 200.

CAPÍTULO III - DOS PROJETOS DE CÓDIGO E CONSOLIDAÇÃO DE LEIS - arts. 201 e 202.

CAPÍTULO IV - DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO - arts. 203 a 214.

CAPÍTULO V - DOS PROJETOS VETADOS - art. 215.

CAPÍTULO VI - DA INDICAÇÃO DO CONSELHO E AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS E DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO

- arts. 216 a 223.

CAPÍTULO VII - DAS MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO - art. 224.

CAPÍTULO VIII- DA AUTORIZAÇÃO PARA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO AUSENTAREM-SE DO PAÍS OU DO ESTADO - art. 225.

CAPÍTULO IX - DAS LEIS DELEGADAS - arts. 226 a 233.

CAPÍTULO X - DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO E OS SECRETÁRIOS DE ESTADO - art. 234.

CAPÍTULO XI - DO PROCESSO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO E DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO - art. 235.

CAPÍTULO XII - DA CRIAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS - arts. 236 a 238.

TÍTULO VI -

CAPÍTULO ÚNICO- DO DECORO PARLAMENTAR - arts. 239 a 243.

TÍTULO VII - DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO ÚNICO- DA INICIATIVA DE LEIS - art. 244.

TÍTULO VIII -

CAPÍTULO ÚNICO- DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA - arts. 245 e 246.

TÍTULO IX -

CAPÍTULO ÚNICO- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - arts. 247 a 251.

REGIMENTO INTERNO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA SEDE

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa "ad referendum" da maioria absoluta dos Deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 2º - A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º - As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º - A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de

junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembleia Legislativa.

§ 4º - Quando convocada extraordinariamente a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS

SEÇÃO I

DA POSSE

Art. 3º - O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada Legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º - O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º - Caberá à 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º - A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º - Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados Deputados Estaduais reunir-se-ão na sede da Assembleia Legislativa do Estado.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º - Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo

anterior.

§ 3º - No dia 1º de fevereiro, a Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração: **"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL, DESEMPENHAR LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DO NOSSO ESTADO"**, ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado, em pé, ratificará a declaração acima dizendo: **"ASSIM O PROMETO"**, permanecendo os demais sentados e em silêncio.

§ 4º - O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º - O Deputado empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão e junto à Mesa, exceto durante o período de recesso da Assembleia Legislativa, quando será perante o Presidente.

§ 6º - Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I - da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º - Tendo prestado o compromisso uma vez, é o suplente de Deputado dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes, bem como o Deputado ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicada à Casa pelo Presidente.

§ 8º - Não se considera investido no mandato de Deputado Estadual quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

§ 9º - O Presidente fará publicar no Diário da Assembleia do dia seguinte a relação dos Deputados investidos no mandato, organizada com os critérios fixados no § 3º, do art. 3º, a qual, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessá-

rio à abertura da sessão, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

SEÇÃO II

DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 5º - Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição do Presidente.

Parágrafo Único - Depois de proclamar o eleito, o Presidente das primeiras sessões preparatórias dará por finda a sua incumbência.

Art. 6º - A sessão preparatória seguinte será presidida pelo Presidente eleito, que convidará dois Deputados presentes para Secretários provisórios, realizando-se, nesse mesmo dia, a eleição de dois Vice-Presidentes e de quatro Secretários.

§ 1º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 3º - Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá à eleição para os demais cargos.

§ 4º - Essa eleição será feita em duas cédulas, sendo uma para os Vice-Presidentes e outra para o 1º, 2º, 3º e 4º Secretários.

Art. 7º - No terceiro ano de cada legislatura, a primeira sessão preparatória se iniciará sob a direção da Mesa da sessão anterior, dois dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos, procedendo-se, à eleição da nova Mesa, observadas as normas deste Capítulo.

§ 1º - A convocação para a sessão preparatória a que se refere este artigo far-se-á antes de encerrada a segunda sessão legislativa ordinária.

§ 2º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa.

§ 3º - Enquanto não for eleito o novo Presidente, dirigirá os trabalhos da Assembleia Legislativa a Mesa da Sessão Legislativa anterior.

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secre-

to, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, a maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I - chamada nominal para a votação;

II - cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do votado e o cargo a que concorre;

III - colocação, em cabina indecifrável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - acompanhamento dos trabalhos de apuração, junto à Mesa, por dois ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;

VI - o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será ciente o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preencher;

VII - leitura, pelo Presidente, dos nomes dos votados;

VIII - proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

XII - eleição do candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate;

XIII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Se até 30 de novembro do segundo ano de mandato se verificar qualquer vaga na Mesa, a mesma será preenchida mediante eleição, dentro de cinco dias, observadas as disposições do artigo precedente. Ocorrida a vacância depois dessa data, a Mesa designará um dos membros titulares para responder pelo cargo.

CAPÍTULO IV

DOS LÍDERES

Art. 10 – Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a dois Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a dois Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 11 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

II – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

III – encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

IV – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 12 – O Governador do Estado poderá indicar Deputados para exercerem a liderança do Governo, composta de Líder e dois Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, II e III do art. 11.

CAPÍTULO V

DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 13 – As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação

das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 1º – O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 2º – As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perderem suas prerrogativas regimentais.

§ 3º – Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de três Deputados.

§ 4º – Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º – O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 6º – Dissolvido o Bloco Parlamentar, ou modificada o quanto da representação que o integrava em virtude da desvinculação de Partidos, será revista a composição das Comissões, mediante convocação de Partido ou de Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 7º – Ocorrendo a hipótese prevista na parte final do parágrafo anterior, consideram-se vagos, para efeito de nova indicação ou eleição, os lugares e cargos exclusivamente em decorrência da participação do Bloco Parlamentar na composição da Comissão.

Art. 14 – A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão Legislativa.

Parágrafo Único – A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

CAPÍTULO I

DA MESA

Art. 15 – À Mesa da Assembleia, composta de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento deste, pelo 2º Vice-Presidente; o 1º e 2º Secretários serão substituídos, respectivamente, pelo 3º e 4º Secretários.

§ 2º – Se, durante a sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembleia somente cessarão:

I – ao findar a Legislatura, no início das sessões preparatórias da Legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição da Mesa.

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial, a não ser da Executiva, da qual são membros natos.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – dirigir os serviços da Assembleia, durante as sessões Legislativas e nos seus interregnos;

III – prover a polícia da Assembleia;

IV – encaminhar ao Poder Executivo os requerimentos de informações;

V – apresentar à Assembleia, na sessão de encerramento do ano Legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre o seu trabalho;

VI – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das ins-

tuições democráticas;

VII – declarar perda de mandato de Deputado nos termos previstos na Constituição do Estado;

VIII – promulgar emendas à Constituição;

IX – propor ao Plenário a sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição.

SEÇÃO I

DO PRESIDENTE

Art. 19 – O Presidente é o órgão da Assembleia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 – São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

I – presidir às sessões plenárias da Assembleia;

II – abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V – dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X – submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

Parágrafo único – Quando o Presidente tiver de deixar a sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

SEÇÃO II

DOS SECRETÁRIOS

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

- I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;
- II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;
- III – despachar toda a matéria do Expediente;
- IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do art. 20.
- V – receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;
- VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;
- VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;
- VIII – contar os Deputados em verificação de votação;
- IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;
- X – providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;
- XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;
- XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;
- XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas;
- XIV – dar posse ao Diretor Geral da Secretaria.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

- I – fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;
- II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da As-

- XII – anunciar o resultado da votação;
 - XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;
 - XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;
 - XV – promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;
 - XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;
 - XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;
 - XVIII – informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;
 - XIX – suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;
 - XX – levantar a sessão;
 - XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;
 - XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;
 - XXIII – convocar sessões extraordinárias, diurnas ou noturnas;
 - XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;
 - XXV – substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;
 - XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;
 - XXVII – resolver todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;
 - XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;
 - XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado.
- Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.
- Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.
- Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substituí-lo-á no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

sembléia;

III - escrever as Atas das sessões secretas;

IV - auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO II

DA PROCURADORIA PARLAMENTAR

Art. 25 - A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º - A Procuradoria será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

§ 2º - A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade repaparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º - A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I - PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-participes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - TEMPORARIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Legislatura, ou antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa.

Art. 28 - As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:

- a) de cidadão honorário e benemérito;
- b) de utilidade pública;
- c) convênios;
- d) doações de imóveis pelo Poder Público.

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - convocar Secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretaria;

V - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira,

orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

XI – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XII – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo técnico ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação de prazos.

XIV – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUA COMPETÊNCIA

Art. 29 – A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 – As Comissões Permanentes são:

- I – Comissão Executiva;
- II – Comissão de Constituição e Justiça;
- III – Comissão de Finanças;
- IV – Comissão de Orçamento;
- V – Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;
- VI – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- VII – Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- VIII – Comissão de Terras, Imigração e Colonização;
- IX – Comissão de Segurança Pública;
- X – Comissão de Saúde Pública;
- XI – Comissão de Redação;
- XII – Comissão de Torna de Contas;
- XIII – Comissão de Turismo;
- XIV – Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- XV – Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de quinze membros.

Art. 31 – As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembleia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único – Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

Art. 32 – Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

- I – dar parecer sobre proposição referente aos assuntos de sua especialização;
- II – promover estudos sobre problemas de interesse público relativos a

sua competência;

- III – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com a sua especialização;
- IV – tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar.

§ 1º – A Comissão Executiva compete:

- I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;
- II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – prover os cargos dos serviços administrativos;

IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V – julgar concorrência e demais licitações;

VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII – propor à Assembleia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X – encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos dos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º – A Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

- I – criação de municípios;

II – incorporação, fusão e desmembramento de município;

III – perda de mandato de Deputado;

IV – transferência temporária da sede do Governo;

V – organização dos Poderes do Estado;

VI – Ministério Público;

VII – intervenção nos municípios;

VIII – alterações de códigos;

IX – organização e divisas judiciárias;

X – autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do País e do Estado;

XI – escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro e do Auditor do Tribunal de Contas;

XII – declaração de utilidade pública de associações civis.

§ 3º – A Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º – A Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalizar a execução do orçamento; e abertura de crédito.

§ 5º – A Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades.

§ 6º – A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral;

§ 7º – A Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 8º – A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 9º – A Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 – A Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 – A Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 – A Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 13 – A Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior.

§ 14 – A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interferiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 15 – A Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, prevista no art. 76 da Constituição do Estado, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado.

V – se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, in loco, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos arts. 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu art. 1º, § 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprirá sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembleia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto

de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º – Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º – A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º – Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º – A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º – Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública

informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimento de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais.

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V – estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do Inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único – As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 – Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I – à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução ou de decreto legislativo, ou indicação, que será incluída na Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II – ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V – ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único – Nos casos dos incisos I, II e V, a remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 - As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 - As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembleia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

SEÇÃO IV

DA PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 41 - Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instala dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembleia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembleia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembleia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo Único - Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42 - Ao Presidente compete:

- a) convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;
- b) presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publi-

cação das atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem;

c) solicitar ao Presidente da Assembleia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d) usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

e) usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único - Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

SEÇÃO V

DOS PARECERES

Art. 43 - Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º - As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º - Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º - Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

SEÇÃO VI

DAS VAGAS E IMPEDIMENTOS

Art. 44 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda de lugar.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acaba-

do e definitivo.

§ 2º - Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º - O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituído pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º - O Presidente da Assembleia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituído.

§ 5º - Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no art. 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á por eleição, de conformidade com o art. 9º.

Art. 45 - O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá disso dar conhecimento ao seu Presidente.

§ 1º - O Presidente da Assembleia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituído, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º - Cessará a permanência do substituído na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

SEÇÃO VII

DAS REUNIÕES

Art. 46 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembleia, em dias e horas prefixados, de terça a quinta-feira a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º - Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembleia Legislativa.

§ 2º - O Diário da Assembleia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 - As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus Membros.

Art. 48 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º - Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º - Só os Deputados ou Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

SEÇÃO VIII

DOS TRABALHOS

Art. 50 - Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - leitura sumária do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV - leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º - Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º - Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Ple-

II -- contrários, os "vencidos".

§ 9º -- As Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 10 -- Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 11 -- Ao Membro da comissão que pedir vista será concedido o prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo.

Art. 52 -- Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 -- Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 -- Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 -- As Comissões terão como Secretários funcionários da Secretaria da Assembléia.

SEÇÃO IX

DO ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

Art. 56 -- As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como a Procuradoria Parlamentar.

CAPÍTULO IV

nário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º -- As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º -- A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 -- O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º -- O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º -- Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º -- Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer, o qual, se for aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, logo a seguir, assinado pelos membros presentes.

§ 4º -- Se o parecer tiver alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este prazo até a reunião seguinte, para redigi-lo de conformidade com o vencido, ou apenas de quarenta e oito horas, em casos de urgência.

§ 5º -- Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem.

§ 6º -- Para a apresentação do novo parecer, será concedido ao segundo relator o prazo de três dias.

§ 7º -- Na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do primeiro relator, o deste passará a constituir voto em separado.

§ 8º -- Para o efeito da contagem de votos relativos ao parecer, serão considerados:

I -- favoráveis, os "pelas conclusões" os "com restrições" e os "separados" não divergentes da conclusão;

DA REMUNERAÇÃO E DA AJUDA DE CUSTO

Art. 57 – A remuneração dos Deputados, constituída de Subsídio e Representação, e a ajuda de custo e os auxílios complementares serão estabelecidas no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

- I – a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;
- II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;
- III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber 1/30 (hum trinta avos), do Subsídio e da Representação, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo Único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembleia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembleia, no exercício das fun-

ções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembleia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no art. 58.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

CAPÍTULO V

DA EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 68 – As vagas, na Assembleia, verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente da aprovação da Assembleia, mas somente se tomará efetiva e irrevogável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembleia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

- I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;
- II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único - Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 - Perde o mandato o Deputado:

- I - que infringir qualquer das disposições constantes do art. 58 da Constituição Estadual;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;
- III - que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembleia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e V, a perda de mandato será decidida pela Assembleia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembleia, assegura da ampla defesa.

§ 3º - A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que proferirá seu parecer em quinze sessões, concluindo:

- a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;
 - b) nos casos do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.
- § 4º - O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no expediente e publicado no Diário da Assembleia e em avulsos, será:
- a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia;
 - b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

Art. 74 - Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará Comissão composta de sete membros para instrução da matéria.

§ 1º - Recebida e processada a matéria, será fornecida cópia ao acusado, que terá o prazo de quinze sessões, para apresentar, à Comissão, de-

fesa escrita.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, a Comissão, após proceder às diligências que julgar necessárias, emitirá parecer, concluindo por Projeto de Resolução, no sentido da perda ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3º - Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez sessões.

Art. 75 - O Mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

CAPÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 76 - A Mesa convocará imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo Único - O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

TÍTULO III

DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA

Art. 77 - As sessões da Assembleia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A julgo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear-se sentados, em termos breves e cortesias.

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de Urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo Único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo Único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidindo-se por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

Parágrafo Único – O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

SEÇÃO I

DAS SESSÕES PÚBLICAS

Art. 88 – À hora do início da Sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, um terço dos Membros da Assembléia, o Presidente, dizendo: **"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS"**, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da ata não deverá exceder à hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 – A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:
I – trinta minutos para discussão e votação da ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de

livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 101.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 7º – A nenhum Deputado é ilícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**.

resolver a maioria dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com a data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

SEÇÃO III

DA AUDIÊNCIA DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1º – Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a Mesa, para conhecimento e estudo dos Deputados, durante três sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia.

§ 2º – As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à Ordem do Dia.

§ 3º – Desde que o projeto fique em pauta, a Mesa receberá as emendas que couberem e anotará os pedidos de inscrição dos Deputados que desejarem discutir a matéria.

§ 4º – Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos Membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente, para o respectivo parecer e, oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia.

§ 5º – Se não forem apresentadas emendas do Plenário e não houver orador inscrito para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para discussão e votação.

§ 6º – É ilícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

SEÇÃO II

DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o

indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpellado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É ilícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

SEÇÃO IV

DA ORDEM DO DIA

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciarse a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição, os projetos vetados, seguidos das proposições em regime de urgência; dos em regime de prioridade; e, finalmente, das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

- I – redações finais;
- II – 2ª discussão;
- III – 1ª discussão;
- IV – discussões únicas;
- V – proposições que independam de parecer mas dependam de apreciação do Plenário.

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I – redações finais;
- II – projetos de lei;
- III – projetos de resolução;
- IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

- I – em caso de preferência;
- II – em caso de adiamento;

III — em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único — Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 — O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I — a discussão a que está sujeito;

II — de quem a iniciativa;

III — a respectiva ementa;

IV — a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V — a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI — outras indicações que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO II

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 104 — Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º — Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º — Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º — No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º — Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar "pela ordem" para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º — Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 — O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado

que a solicitar "pela ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Art. 106 — Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembleia.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DA COMISSÃO GERAL

Art. 107 — A Sessão Plenária da Assembleia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembleia, sob a direção de seu Presidente, para:

I — debate de matéria relevante;

II — estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III — discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV — comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º — A Assembleia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta de votos.

§ 2º — O requerimento propondo a constituição da Assembleia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

SEÇÃO II

DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA ASSEMBLÉIA

Art. 108 — A Mesa conduzirá o processo eleitoral para a escolha, na última sessão ordinária do período Legislativo anual, dos membros da Assem-

bléia Legislativa que irão compor, durante o recesso, a Comissão Representativa da Assembleia, composta de nove membros, de que trata o § 4º, do art. 62 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único – A Mesa expedirá as instruções necessárias, com observância das exigências e formalidades previstas neste Regimento no que couber, atendendo a que, na composição da Comissão Representativa da Assembleia, deverá reproduzir-se, quanto possível, a proporcionalidade da representação dos Partidos ou Blocos Parlamentares na Casa.

CAPÍTULO IV

DA ORDEM INTERNA

Art. 109 – O policiamento do edifício da Assembleia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembleia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado portar arma, no Plenário ou no recinto da Assembleia Legislativa.

Art. 110 – Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembleia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para Senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembleia.

§ 3º – No recinto da Assembleia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os expectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da

Assembleia.

Art. 111 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 112 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembleia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, o exporá à Assembleia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 113 – Se no edifício da Assembleia se perpetrar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e regulamentos policiais do Estado.

CAPÍTULO V

DAS ATAS

Art. 114 – De cada Sessão da Assembleia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembleia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão e submetida ao voto dos Deputados.

§ 1º – Depois de aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelos 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 115 – O Diário da Assembleia publicará cada dia a ata dos respectivos trabalhos.

Art. 116 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembleia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na ata destinada ao Diário da Assembleia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na ata destinada ao Diário da Assembleia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembleia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembleia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infringam disposições deste Regimento.

Art. 117 – A ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será submetida à discussão antes de se levantar a Sessão, podendo ser aprovada com qualquer número.

TÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I

DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

Art. 118 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia.

§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembleia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-las por extenso em seguida à justificação.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 119 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, se não o tiverem sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independentemente de apolamento, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 120 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 121 – Poderá a Assembleia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

SEÇÃO I

DOS PROJETOS

Art. 122 – A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

- I – perda de mandato de Deputado;
- II – matéria de natureza regimental;
- III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;
- IV – conclusão de Comissão de Inquérito;

V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conexão contra os Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X – delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;

II – fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

III – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador;

IV – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – aprovação de convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados ou Municípios.

Art. 123 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º Vice-Presidente.

Art. 124 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e devidos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do Projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restituí-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 125 – A iniciativa dos projetos cabe a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

Art. 126 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

SEÇÃO III

DOS REQUERIMENTOS

Art. 129 — Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembleia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único — Os requerimentos são de duas espécies:

I — os sujeitos a despacho do Presidente;

II — os sujeitos à deliberação da Assembleia.

Art. 130 — Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoiamento preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I — a palavra, ou a desistência dela;

II — a posse de Deputados;

III — a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV — a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V — a retificação de ata;

VI — a inserção de declaração de voto em ata;

VII — a observância de algum dispositivo regimental;

VIII — a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX — verificação de votação;

X — o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI — informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII — chamada nominal para verificação de quorum.

— Art. 131 — Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 132 — Dependendo de deliberação do Plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes.

§ 1º — Serão escritos e independem de apoiamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitem:

I — publicação de informações oficiais no Diário da Assembleia;

II — nomeação de Comissões externas;

Art. 127 — As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

SEÇÃO II

DAS INDICAÇÕES

Art. 128 — Indicação é a proposição de qualquer Deputado, sugerindo a manifestação da Assembleia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

§ 1º — As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º — As indicações, depois de lidas perante a Assembleia pelo 1º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na Integra.

§ 3º — As indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembleia.

§ 4º — A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 5º — A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos a discussão única.

§ 6º — Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 7º — Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 8º — Se a Assembleia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

- III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;
- IV – levantamento da Sessão por motivo de pesar ou de regozijo público;
- V – manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;
- VI – permissão para falar sentado.
- § 2º – Serão escritos e independentemente de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, o requerimento que tiverem por fim pedir:
 - I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;
 - II – dispensa de Membro de qualquer Comissão;
 - III – dispensa de impressão de qualquer proposição;
 - IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;
 - V – destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;
 - VI – remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;
 - VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;
 - VIII – adiamento da discussão ou da votação;
 - IX – encerramento de discussão;
 - X – votação por determinado processo;
 - XI – preferência;
 - XII – urgência;
 - XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;
 - XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.
- § 3º – Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:
 - I – convocação de Secretário de Estado;
 - II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembleia de documentos de publicação não oficiais;
 - III – criação de Comissões Especiais;
 - IV – Sessões Extraordinárias;

– 50 –

- V – Sessões Secretas;
- VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;
- VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;
- VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou das votações.
- Art. 133 – A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.
- Art. 134 – Independentemente de apoio e do requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.
- Art. 135 – Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembleia Legislativa.
- § 1º – Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.
- § 2º – Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembleia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no parágrafo único do art. 55 da Constituição do Estado.
- § 3º – Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.
- § 4º – O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembleia, cientificando do ato o interessado.
- Art. 136 – Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

SEÇÃO IV

DAS EMENDAS

- Art. 137 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.
- Art. 138 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

– 51 –

dificativas.

§ 1º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º - Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º - A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º - A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alínea de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º - A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 139 - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 140 - As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único - Independem de apoioimento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 141 - Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 142 - As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - quando estiverem em pauta;

II - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III - nas Comissões, pelos respectivos relatores ou pela maioria de seus Membros.

§ 1º - Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º - Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º - O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

CAPÍTULO II

DAS DISCUSSÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 143 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 144 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Parágrafo Único - De uma a outra discussão o intervalo não poderá ser menor que de vinte e quatro horas.

Art. 145 - A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em globo.

Art. 146 - A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

§ 1º - Quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembleia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 147 - As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º - Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º - Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 148 - Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despatchado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação Final e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 149 - Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;
II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 150 - O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

- I - desviar-se da questão em debate;
- II - falar sobre o vencido;
- III - usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 151 - Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 152 - Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente advertirá-o, convidando-o a sentar-se, mas, se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 153 - Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de trinta minutos.

Parágrafo Único - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 154 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 155 - Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento subjeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 156 - o encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 157 - É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

- I - na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;
- II - na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 158 - O deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único - Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

SEÇÃO II

DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

Art. 159 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 160 – A votação complementa o turno regimental a discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria se porá em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 3º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5º – Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 161 – É ilícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, pa-

ra publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 162 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 163 – Os Projetos Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

SEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 164 – São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – por escrutínio secreto.

Art. 165 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 166 – Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º –| Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por

ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 167 – A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as instruções estabelecidas pelo Presidente para sua utilização.

§ 1º – Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

I – data e hora em que se fez a votação;

II – a matéria objeto da votação;

III – o nome de quem presidiu a votação;

IV – os nomes dos Líderes em exercício presentes à votação;

V – o resultado da votação;

VI – os nomes dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

§ 2º – A listagem de votação será publicada juntamente com a Ata da Sessão.

§ 3º – Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

§ 4º – Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, observando-se que:

I – os nomes serão enunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprove ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

§ 5º – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 168 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 169 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado.

SEÇÃO III

DO MÉTODO DE VOTAÇÃO E DO DESTAQUE

– 58 –

Art. 170 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 171 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precede-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

SEÇÃO IV

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 172 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos.

Art. 173 – O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 174 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

SEÇÃO V

DO INTERSTÍCIO

– 59 –

Art. 175 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Não poderão ser dispensados de interstício para a discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

§ 4º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 5º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 176 – Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes.

CAPÍTULO IV

DA PREFERÊNCIA

Art. 177 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 178 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V – Leis orçamentárias.

Art. 179 – Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 180 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar esta.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 181 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusado, porém, a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

CAPÍTULO V

DA URGÊNCIA

Art. 182 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua

decisão final.

Art. 183 – Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 184 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 185 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembleia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 186 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

CAPÍTULO VI

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 187 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação Final para elaborar a redação, na conformidade com o vencedor.

§ 1º – Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento, à Comissão de Tomada de Contas e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembleia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembleia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos, sem emendas.

Art. 188 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 189 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

CAPÍTULO VII

DO AUTÓGRAFO

Art. 190 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 191 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembleia serão enviados à Sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificativas.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembleia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na

falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º e 4º Secretários.

TÍTULO V

DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 192 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 193 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 194 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 195 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 196 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obter, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 197 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 198 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 199 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

Art. 200 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, consoante § 1º, § 2º e § 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte: findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação aos demais assuntos, para que se ultime sua votação.

§ 1º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 2º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS DE CÓDIGO OU DE CONSOLIDAÇÃO DE LEIS

Art. 201 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado a discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º – Quando a Assembléia o resolver, por dois terços de seus Membros, a votação poderá ser feita em globo.

§ 8º – A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º – Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10º – Aprovada a redação final, será o projeto enviado à Sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 202 – Não se fará a tramitação simultânea de mais dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único – A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

CAPÍTULO IV

DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO

Art. 203 – Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 204 – Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 205 – Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 206 – O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único – Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 207 – A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 208 – Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único – Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 209 – A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 210 – O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único – Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 211 – Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do art. 209 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 212 – Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo a Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 213 – Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária.

ria enviado à Sanção governamental.

Art. 214 – Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

CAPÍTULO V

DOS PROJETOS VETADOS

Art. 215 – Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

CAPÍTULO VI

DA INDICAÇÃO DO CONSELHEIRO E AUDITOR

DO TRIBUNAL DE CONTAS

E DO PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO

Art. 216 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 217 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 218 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 219 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 220 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 221 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 222 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 223 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

CAPÍTULO VII

DAS MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO

Art. 224 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qual-

quer projeto nesse sentido.

§ 1º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

CAPÍTULO VIII

DA AUTORIZAÇÃO PARA O GOVERNADOR

E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

AUSENTAREM-SE DO PAÍS OU DO ESTADO

Art. 225 - Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º - Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º - A Assembleia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º - Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º - O Presidente da Assembleia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

CAPÍTULO IX

DAS LEIS DELEGADAS

Art. 226 - A Assembleia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

Art. 227 - Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art. 228 - A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembleia.

Art. 229 - Depois de publicada a matéria em avisos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 230 - A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 231 - O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à Sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembleia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º - Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º - Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avisos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 232 - O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 233 - O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em globo, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

CAPÍTULO X

DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

CRIMINAL CONTRA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR

DO ESTADO E OS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 234 – A solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente ao Tribunal de Justiça do Estado dentro de duas Sessões.

CAPÍTULO XI

DO PROCESSO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE

DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO E DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 235 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

CAPÍTULO XII

DA CRIAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO

E DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS

Art. 236 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada;

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não-constituição de área enclavada no Município de origem.

Art. 237 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em di-

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DO DECORO PARLAMENTAR

visas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 238 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembleia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

Art. 239 – O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética de Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

I – censura;

II – perda temporária do exercício do mandato, não superior a trinta dias;

III – perda de mandato.

§ 1º – Considera-se atentatório do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crime contra a honra ou contenhão incitamento à prática de crime.

§ 2º – É incompatível com o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembleia Legislativa;

II – a percepção de vantagens indevidas;

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 240 – A censura será verbal ou escrita.

§ 1º – A censura verbal será aplicada em Sessão pelo Presidente da Assembleia ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Deputado que:

I – não observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os previstos no Regimento Interno;

II – praticar atos que infringem as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III – perturbar a ordem das Sessões da Assembleia ou das Comissões.

§ 2º – A censura escrita será imposta pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Deputado que:

I – usar em discurso ou proposição de expressões atentatórias do de-

coro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Assembleia ou desacatar, por atos ou palavras, outros parlamentares, a Mesa ou Comissão e respectivas presidências.

Art. 241 - Considera-se incurso na Sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão haja resolvido deva ficar secreto;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, a dez Sessões Ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da Sessão Legislativa ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria dos membros da Assembleia, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

Art. 242 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos no art. 73 e seus parágrafos.

Art. 243 - Quando, no curso de uma discussão, um Deputado for acusado de ato que ofenda a sua honrabilidade, pode pedir ao Presidente da Assembleia ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

TÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO ÚNICO

DA INICIATIVA DE LEIS

Art. 244 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à

Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paraense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembleia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - Será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembleia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escolhá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

Art. 245 – Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º – O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º – Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 246 – É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

TÍTULO IX

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 247 – Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º – Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º – Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 248 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 249 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 250 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 251 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

Em votação o substitutivo geral. Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu estou votando aqui o substitutivo geral sem ter conhecimento do seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos os Srs. Deputados devem ter recebido o substitutivo geral em mãos, deve estar aí sobre a Mesa.

O SR. NEIVO BERALDIN - Quando foi entregue, neste instante?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, há umas duas horas.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, como eu poderia analisar o substitutivo geral do Regimento Interno, tão importante, em duas horas, se eventualmente ele estivesse na minha mão?

Acabo de recebê-lo. Apenas para deixar este registro na Casa pois não posso votar este substitutivo por não ter conhecimento do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, o substitutivo inclusive adotou algumas emendas de Vossa Excelência. Está APROVADO, vai à 4.^a discussão, na sessão de amanhã.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação - ICMS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o esforço do Deputado Mário Pereira e do Deputado Caíto Quintana precisa ser destacado neste momento, e dos Deputados desta Casa, mas em especial de deixar o meu voto registrado, pelo projeto original que o Deputado Mário Pereira e o Deputado Caíto Quintana apresentaram, até porque não havia tempo para analisar melhor as alterações propostas.

Mas, de qualquer maneira, fica aqui o nosso reconhecimento. Fico com o projeto original apresentado pelo Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o substitutivo Geral, objeto de acordo das lideranças e aprovado em

2.^a discussão, APROVADO, com restrição do voto do Deputado Rubens Bueno. O projeto irá à redação final.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conatante da Ordem do Dia, conforme avulso aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto e Lei Complementar n° 321/89, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que cria a Lei Florestal do Estado do Paraná, concorrentes ao Código Florestal Brasileiro e à Legislação Federal. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 321/89. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 sessões, o Projeto de Lei Complementar n° 321/89.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 321/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luciano Pizzatto, presente projeto de lei, visa criar a LEI FLORESTAL DO ESTADO DO PARANÁ, concorrentemente ao Código Florestal Brasileiro e à Legislação Federal pertinente.

A matéria está inserida entre os preceitos da nova Constituição brasileira, em especial entre as previstas no inciso VII do artigo 23, que devolveu aos estados e municípios o direito de legislar sobre os recursos naturais renováveis, florestas e outras atividades afins, concorrentemente com as normas na União.

Verificado que a nova Constituição estadual ratificou este direito, definindo os princípios básicos para a conservação da natureza e exploração florestal, bem, como a preservação do meio ambiente, em especial nos incisos VI e VII do artigo 12, inciso VI, do artigo 13 além de outras disposições correlatas, evidencia-se assim a necessidade da criação de uma Lei Florestal para o Estado do Paraná, daí resultando a oportunidade da apresentação deste projeto para apreciação desta Casa.

O grau de aprimoramento trazidos pelo projeto ora em análise, permite vislumbrar, à primeira vista, uma melhor condução do processo de utilização das florestas do estado do Paraná, demonstrando de forma clara e concisa, ser tal recurso um fator de produção exequível e equivalente a qualquer outra atividade primária, estabelecendo condições de viabilização às mesmas, como por exemplo, dentre outras, a Fazenda Florestal, prevista no artigo 77.

Os mecanismos de estímulo propostos deixam transparecer uma eficiência plena

no âmbito executivo, pois promovem a continuidade do processo gestor dos recursos com finalidade definida, ou seja, a fiscalização, o plantio e a manutenção de florestas e a garantia da produção assegurando a dinâmica sócio-econômica de diversas regiões do Paraná.

Deve-se ressaltar ainda, que são enfatizados em capítulo especial as unidades de conservação buscando, com bom senso, a garantia do uso das florestas, compatibilizando de forma equilibrada a função produtiva com a função ecológica.

Assim, esta Comissão Geral, entende que a matéria obedece perfeitamente os preceitos constitucionais e demais normas legais vigentes, e por todo o exposto, somos de parecer FAVORÁVEL, recomendando a aprovação do projeto em questão.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
RENATO ADUR - Relator.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que denomina Colégio Estadual Moyses Lupion, o atual Colégio estadual Valle Porto, em Antonina-PR, Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E., e C.O.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) -

Sr. Presidente eu queria pedir excusas pela minha ausência aqui, no momento oportuno, na 6.^a-feira, quando eu tinha um compromisso intransferível no município de Rio Branco do Sul, no momento em que foi discutida e apreciada em 1.^a discussão essa matéria.

Eu queria simplesmente tecer esta consideração para que este Parlamento esteja mais atento aos fatos, às iniciativas e às aprovações que a gente toma.

O nobre Deputado Gernote Kirinus propõe alteração do nome de uma Escola estadual na cidade de Antonina. No entanto essa propositura do nobre Deputado Gernote Kirinus é visivelmente, completamente inconstitucional! A nossa Constituição do Estado do Paraná não permite dar nomes próprios a prédios públicos, de pessoas vivas.

O ex-Governador: Moyses Lupion, não quero entrar no mérito se ele merece estar no nome de uma escola ou não, aí é o mérito da questão; agora, eu jurei cumprir a Constituição aqui neste Plenário e não posso dar parecer favorável como foi dado pela CCJ, como foi dado por outras duas Comissões desta Casa e este Plenário aqui por unanimidade também aprovou. Estejamos mais atentos, porque hoje a gente desrespeita a nossa Constituição do Estado, ama-

nhã o que nós possamos desrespeitar? Então, ou nós vamos cumprir aquilo que nós juramos, ou então o que nós estamos fazendo aqui? Por isso, Senhor Presidente, Srs. Deputados, fica o meu registro, não quero entrar no mérito, porque o projeto não, acho que não traz prejuízo para o Estado, não traz lucro, só troca de nome de uma escola, mas o cumprimento da Constituição foi colocado em cheque aqui, rasgaram o artigo 238 da nossa Constituição do Estado do Paraná, lamentavelmente, não sei o que que estavam fazendo as três Comissões que deram parecer favorável por unanimidade e principalmente a CCJ que tem que analisar a constitucionalidade desta matéria. Era isso Sr. Presidente, era isso Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu requero de Vossa Excelência, devido a ausência do autor do Projeto de Lei n° 270/88, para fazer sua defesa, se seria possível requerer a Vossa Excelência a retirada da Ordem do Dia do referido projeto, eu encaminho imediatamente à Mesa para Vossa Excelência o Requerimento pedindo a retirada até que o autor presente possa pedir a reinclusão e defender o seu projeto.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Agradeço a compreensão do nobre Líder do Governo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu, apesar da ausência do Deputado Gernote Kirinus, sei que esse Projeto foi datado ainda em 1988, antes da promulgação da Constituição, como nós, Sr. Presidente, tivemos aqui um projeto retirado, projeto que beneficiava os miseráveis do Paraná, os assalariados que não podem pagar esta tarifa escorchante, abusiva da SANEPAR, eu espero que Vossa Excelência leve em consideração, nós já estamos em 3.^a discussão o projeto ficou em algumas das gavetas deste Parlamento, por isso mesmo merece a homenagem o Sr. Moyses Lupion, que foi vilipendiado na sua honra, que brigou na justiça, que conquistou seus bens, bens esses que foram confiscados. Eu não quero fazer a defesa de ninguém, mas entendi o espírito do projeto do Deputado Gernote Kirinus e por isso votarei pelo projeto, já que ele está datado antes da promulgação da Constituição.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu queria deixar claro para esse Plenário que essa Lei, ela passará a vigorar a partir do momento de que nós a aprovamos e ela será promulgada. Então, nós não podemos colocar em vigor uma lei que é contra

a nossa Constituição vigente de nosso Estado. Então, eu acho que o nobre Deputado Lindolfo Junior está redondamente enganado.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, também faço um apelo a Vossa Excelência em virtude da ausência do Deputado Gernote Kirinus, a retirada de votação de hoje, voltando amanhã. Também deixando a nossa posição clara com relação a constitucionalidade desse projeto, apesar de merecer nossos, nosso reconhecimento o ex-Governador. Seria até bom levar à Mesa, uma sugestão ao Deputado Tonelli, que se baixe através de mecanismo legal, que se extinga definitivamente o nome de toda pessoa viva no próprio público deste Estado, aí elimina de vez esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, antes de encerrar a discussão vai atender Requerimento do Deputado Caíto Quintana, embora considere também que é apenas despojante a reparação de uma injustiça cometida contra o ex-Governador Moysés Lupion, pois o nome do Grupo já existia da Escola com o nome Moysés Lupion, no regime militar é que foi deslocado esse nome com a entrada de outro nome.

Mas como o autor não está presente nós vamos aguardar a presença do autor.

Está retirado o projeto, estará na fase, na próxima sessão, de votação.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 041/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo intermunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 561/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 193/90), que autoriza aquele Poder a participar de consórcio com outros Estados, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 564/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 194/90), que autoriza aquele Poder a participar de consórcio com o Estado de Santa Catarina, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da Lei n° 9391, de 1° de outubro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Raul Lopes) - Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e quatro Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para a votação.

Continua em discussão o Projeto de Lei n° 573/90.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 575/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 200/90), que autoriza aquele poder a doar ao município de Mangueirinha o lote de terreno sob n° 16-A, situado no quadro suburbano da sede daquele município, com área de 5,25 hectares, havido pelo Estado conforme transcrição n° 1192, às fls. 235, do livro 4-C do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Palmas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 587/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 206/90) que altera, na forma que especifica, a tabela de salários do pessoal regido pela CMT, integrante do grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte da Casa Militar, da Governadoria do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL, da Comissão Geral. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 612/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica, a ser destinado para a instalação da área administrativa da Prefeitura daquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 613/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 622/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 266/90), que autoriza aquele Poder a empenhar as despesas com pessoal e

encargos sociais, além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual nº 9.407, de 19.10.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 49/90, de autoria da Comissão Geral, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Diamante do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 195/90, de autoria da Comissão Geral, (Mensagem nº 141/90 - ex-Proposição nº 137/90), que ratifica o convênio celebrado em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 196/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 142/90, ex-Proposição nº 136/90), que autoriza o convênio datado de 17.07.89, bem como o termo aditivo firmado entre as mesmas partes, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de erva-mate, bem como do manejo erval a ser implantado no Parque Histórico do Mate. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 197/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 134/90, ex-Proposição nº 135/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e região. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 198/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem nº 122/90, ex-Proposição nº 118/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a conveniar com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para

publicação do livro "Matérias primas minerais". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica 2º Exército da Salvação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 543/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica Segundo Exército da Salvação.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela Aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Igreja Apostólica Primitiva no Brasil, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 545/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Igreja Apostólica Primitiva no Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela Aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 553/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 189/90, que autoriza aquele Poder a proceder à retirada do Estado do Paraná como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido Banco, no caso de acordo entre os demais participantes. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 553/90. Retirado pelo autor.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 553/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 189/90, tem por finalidade autorizar aquele Poder a proceder a retirada do Estado do Paraná, como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido Banco, no caso de acordo entre os demais participantes.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela Aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
IRONDI PUGLIESI
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 566/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que acresce artigo 6° e respectivo parágrafo único à Lei n° 8.521, de 06.07.87, já alterada pela Lei n° 9114, de 01.11.89 (proíbe a venda, para crianças e adolescentes, de bilhetes ou equivalentes, em qualquer modalidade de loteria). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 566/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, tem por finalidade alterar a lei n° 8.521, de 06 de julho de 1987, com alteração pela Lei °

9114, de 1° de novembro de 1989, acrescentando art. 6° e parágrafo único.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela Aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 599/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 212/90) que autoriza aquele Poder a permutar o imóvel constituído pelo lote de terras na sede do município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 599/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 212/90, objetiva colher desta Assembléia Legislativa a autorização para permutar o imóvel que especifica no município de São Jerônimo da Serra.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da presente solicitação, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 600/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 213/90), que autoriza aquele Poder a firmar, com o município de Cruzeiro do Oeste, termo de cessão de uso do imóvel onde funciona o núcleo social daquele município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 600/90

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 213/90, o plano de lei em tela por objetivo AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO PARA QUE FIRME COM O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, o TERMO DE CESSÃO DE USO DO IMÓVEL ONDE FUNCIONA O NÚCLEO SOCIAL naquela localidade.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da presente solicitação, nada encontramos que possa vir a obstruir a tramitação processual legislativa da mesma, por esta Casa Legislativa.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo favoravelmente.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 600/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90

(aa) ANIBAL KHURY- Presidente;

DAVID CHERIEGATE- Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 601/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 215/90), que transforma, na estrutura a Coordenação da Receita do Estado da Fazenda, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, Categoria "C", em 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, categoria "C", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 601/90

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, via Mensagem Governamental n° 215/90, o Plano de Lei em questão tem por objetivo, transformar na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Fazenda 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, categoria "C" em 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico, categoria "C", conforme especifica.

Encontra-se o processado em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis, pois inexistem óbices nos plano constitucional, regimental e legal, tendo assim uma tramitação processual legislativa sem prejuízo.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE.

Somos pois pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 601/90.

É o PARECER.

Sala das Sessões, em 14.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

DAVID CHERIEGATE - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 603/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 216/90), que autoriza aquele

poder a firmar, com o município de Bocaiuva do Sul, termo de cessão de uso de área que especifica, naquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 603/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 216/90, objetiva colher a devida autorização desta Assembléia Legislativa para que o Poder Executivo possa firmar com o município de Bocaiuva do Sul, termo de Cessão de Uso de uma área que especifica.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da presente solicitação, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em condições de ser apreciada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

DAVID CHERIEGATE - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 606/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 220/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 606/90

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, o projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Tuneiras do Oeste, o imóvel constituído pela data de terras n° 1°, da quadra n° 51, com área de 600,00 m2, situado no quadro urbano daquele município, contendo edificação em alvenaria com 165,35m2, conforme o que consta na transcrição n° 1.087, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da comarca de Cruzeiro do Oeste.

O imóvel cuja cessão se pretende efetivar será utilizado pelo município para instalações de órgãos públicos, inclusive repartições de trânsito e de correios e telégrafos.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, e por não existirem óbices legais ao trâmite do processo nesta Casa de Leis, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
DAVID CHERIEGATE - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 610/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, e outros que declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 610/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o projeto de lei em tela declara de Utilidade Pública a ADESCAM- Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão.

Os professores e funcionários da FACILCAM se inserem como parte imprescindível do processo didático-pedagógico-funcional.

Com 130 professores e 40 funcionários a ADESCAM tem como função precípua representar o conjunto do professorado e funcional, com respeito aos seus direitos, assim como propugnar por um maior intercâmbio entre os seus integrantes, dentro e fora da FACILCAM.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, e por não existirem óbices legais ao trâmite do projeto nesta Casa de Leis, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 614/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 614/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, o projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica.

O imóvel em questão terá por finalidade alojar imigrantes brasileiros que foram para os países vizinhos a fronteira cidade em busca de novos horizontes e oportu-

nidades.

A localização do imóvel é ideal para as instalações pretendidas e, assim sendo, e pelas razões acima expostas e por não existirem óbices legais ao trâmite do projeto nesta Casa de Leis, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 615/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 615/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, o projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo Estadual, a doar ao município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica.

Os imóveis objeto do presente projeto de lei, visam a organização do setor administrativo da Prefeitura de Foz do Iguaçu, tendo em vista que as áreas em questão localizam-se nas imediações do atual edifício da Prefeitura Municipal, facilitando desta forma o acesso da comunidade aos serviços e ainda melhorando de forma significativa, as condições dos serviços oferecidos.

Pelas razões acima expostas, e por não existirem óbices legais ao trâmite do Projeto nesta Casa de Leis, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 621/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 621

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do

ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade criar a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome.

Ao procedermos à análise da presente medida, nos aspectos legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a tramitação processual legislativa, e por consequência a sua apreciação por parte desta Casa de Leis.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a se pronunciar, vem a fazê-lo, favoravelmente, dadas as razões supra citadas.

Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 621/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

2.^a DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n° 631/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede a Senhora Ignês Piccolo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64 (Dezesseis mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e quatro centavos). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 631/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o plano de lei em análise, tem por objetivo conceder à Sra. Ignês Piccolo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64.

A proposta em questão encontra-se em condição de ser apreciada por esta Casa de Leis, pois nada existe nos planos legal, regimental e constitucional que possa obstruir a tramitação processual da mesma.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo favoravelmente.

Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 631/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 050/90, de autoria da Comissão-Geral, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Cor-

bélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Anahy. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 050/90

PARECER:

O plano de lei em questão, tem por finalidade autorizar a realização de Plebiscito, na área que especifica, no Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Anahy.

Nos planos legal, constitucional e regimental, a matéria encontra-se em condições de ser apreciada por esta Casa Legislativa, tendo pois uma tramitação processual sem qualquer prejuízo.

Assim, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente.

Somos pois pela aprovação do projeto de Resolução em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 114/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Iguatu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 114/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Mário Pereira, objetiva autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Corbélia, para que a população daquela localidade decida sobre a criação do Município de Iguatu.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposta, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o projeto em condições de ser apreciado pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do projeto de resolução em questão.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 199/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 121/90, ex-Proposição n° 117/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a celebrar convênio com a Sociedade Paranaense de Cultura (SPC), entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC, objetivando a prestação de apoio financeiro do estado para realização de projetos e publicações. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 200/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 110/90 - ex-Proposição n° 86/90), que autoriza o poder executivo a subscrever ações, através da Fundação de Esportes e Turismo, para integralizar aumento de seu capital na COMPOZTUR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 201/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 24/90 - ex-Proposição n° 21/90), que ratifica o protocolo de intenções, firmado em 12.01.90, entre o Estado do Paraná, a APPA e a PORTOBRÁS, visando ampliar o corredor de exportação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 299/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá novas divisas ao município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei n° 7474, de 22 de junho de 1981, conforme especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 159, de 22.12.86).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 023/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que ratifica a Lei n° 8674. (Cria o Município de Diamante D'Oeste). Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 05, de 06.03.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 074/89, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, o lote 3/72, sub-divisão do Lote 72, da Gleba patrimônio Marialva, conforme especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 21, de 12.04.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 313/89, de autoria do Deputado Namir Pia-

centini, que dispõe sobre a escala de trabalho dos Praças da Polícia Militar e dá outras providências. (Publ. no DA. n° 100 de 09.11.89). Encerrada a discussão.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 313/90. Prejudicado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/89, de autoria do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Senhor Sérgio Marcos Prosdócimo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 113, de 06.12.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 376/89

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Sérgio Marcos Prosdócimo.

Este plano de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente

VALDERI MENDES VILELA
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 521/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a contratação de artistas pelos órgãos públicos da administração direta. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 122, de 17.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 525/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece a obrigatoriedade de contratar atendente e/ou técnicas de enfermagem para atuarem junto a Escolas Primárias e pré-Primárias do Estado do Paraná. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 122, de 17.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, proíbe a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis aos quais tenha sido adicionado metanol (CH₃-OH), conforme especifica. Encerrada a discussão. Publ. no DA. n° 144 de 28.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 609/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 218/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel que especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 148, de 05.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado Raul Lopes e outros, que acresce parágrafo único ao Artigo 1° da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 148, de 05.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 620/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 223/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas o imóvel situado no lugar denominado patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele município. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 149, de 06.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria a região administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 150, de 10.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 627/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que autoriza o Poder Executivo a lotear e proceder doações conforme especifica, no município de Curitiba. (Publ. no DA. n° 151, de 11.12.90). Encerrada a discussão.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 627/90. Prejudicado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 628/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Divino da Rocha. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 151 de 11.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 202/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 167/90 ex-Proposição n° 151/90), que autoriza o Poder Executivo, através do

Instituto de Terras e Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Júlio Siqueira, o imóvel constituído no lote n° 152, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 239,9174 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 106 de 10.09.90).

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 151/90

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem n° 167/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, a alienar ao Sr. Julio Siqueira, o imóvel constituído do lote 152 da Gleba 15 da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 239,9174 hectares, conforme o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual.

Devemos salientar que a proposição em tela trata de terras consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regularização vem sendo realizada nos termos da Lei...n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978, sendo que neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, de acordo com a norma constitucional supra mencionada.

Cumpra ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n° 831.194-3, de 11.06.90.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e Constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 203/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 137/90 ex-Proposição n° 132/90), que autoriza o Estado do Paraná a celebrar termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Paraná, visando o desenvolvimento de atividade conjunta de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área do meio ambiente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão).

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 132/90

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem n° 137/90, a proposição em questão solicita autorização, a fim de que o Estado do Paraná possa celebrar Termo de Cooperação Técnica com a

Universidade Federal do Paraná.

A proposição em tela visa o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área de meio ambiente.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e por ser a matéria constitucional, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma de projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 204/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem nº 123/90 ex-Proposição nº 119/90), que autoriza o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o IPARDES, visando a prestação de apoio financeiro do Estado, para a realização de projetos e publicações conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO Nº 119/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 123/90, a presente proposição solicita autorização, a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social, possa celebrar convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

A proposição em tela visa a prestação de apoio financeiro do Estado para a realização de projetos e publicações conforme o especificado em quadro que integra minuta anexa a mensagem supra mencionada.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 205/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem nº 181/90, ex-Proposição nº 167/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Alceu Alves Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou seus sucessores, o imóvel constituído de Lote 04 da gleba 18, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 203,2941 hectares. Encerrada a discus-

são. (Publ.no D.A. nº 123 de 18.10.90.).

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO Nº 167/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental nº 181/90, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Alceu Alves Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou a seus sucessores, o imóvel constituído do lote 04 da Gleba 18 da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 203,2941 hectares.

Devemos salientar que a proposição em tela trata de regularização de áreas consideradas devolutas pela justiça e cujo processo vem desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao disposto no art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Cumpré ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 832.056-0, de 10.08.90.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente;

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 206/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem nº 120/90, ex-Proposição nº 107/90), que ratifica o Acordo da Cooperação Técnica, já celebrado, por motivo de urgência, em 05.06.90, entre a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria da Educação, com a interveniência da Fundação de Assistência aos municípios do Estado do Paraná e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano - PEDU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO Nº 107/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental nº 120/90, visa ratificar o acordo de cooperação técnica, já celebrado, por motivo de urgência, em 05 de junho de 1990, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Educação, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do

Paraná e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

A proposição em tela encontra-se plenamente de acordo com os ditames do art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 209/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem nº 205/90, ex-Proposição nº 176/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão. (Publ.no D.A. nº 143 de 27.11.90)

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO Nº 176/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 205/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar a Alcides Gomes, Delvail Gomes e Olinda Aparecida Gomes Ciuffa, o imóvel constituído do lote nº 39, Gleba 01, da Colônia Boa Ventura, no município de Pitanga, neste Estado, com área de 350.9927 hectares, conforme disposto no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Cumprе esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei nº 7.005, de 04 de dezembro de 1978, e que no caso em epígrafe tratam-se de áreas consideradas devolutas pela Justiça, sendo necessária a participação do Poder Legislativo, em atendimento ao dispositivo Constitucional acima mencionado.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO na forma de projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 210/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem nº 204/90, ex-Proposição nº 175/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar o imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão. (Publ.no D.A. nº 143 de 27.11.90).

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO Nº 175/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 204/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, alienar à Indústria Andrade Latorre S/A., o imóvel constituído dos lotes nº 20 e 19, da Gleba 5 e do lote nº 94, da Gleba 6, todos da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 113,5459, 113,5217 e 11,3969 hectares, respectivamente, conforme o disposto no Artigo 54, Inciso XXI, da Constituição Estadual.

Devemos salientar que a presente proposição trata de terras consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regulamentação está se processando gradativamente, tornando-se necessária a aprovação acima mencionada.

Por outro lado, o referido assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, sendo os pareceres favoráveis.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e por inexistirem óbices legais e/ou constitucionais, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma de projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 211/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem nº 166/90, ex-Proposição nº 150/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF a alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão. (Publ. no D. A. nº 106 de 10.09.90).

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO Nº 150/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 166/90, a presente Proposição tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar ao Sr.Miguel Batista, ao Sr. Osvaldo Batista e ao Sr.Nelson de Jesus Batista, o imóvel constituído do lote 43, da Gleba 02, da Colônia Boa Ventura (município de Pitanga), Estado do Paraná, com área de 362,6178 hectares.

A regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei 7.055, de 04 de dezembro de 1978, sendo que, no caso em tela, não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça, tornando-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o Art. 54, Inc. XXI, da Constituição Estadual.

Saliente-se que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 212/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 214/90, ex-Proposição n° 177/90), que autoriza o Poder Executivo a alienar à União, o imóvel constituído do Lote n° 139, da gleba 15, da Colônia Boa Ventura, no município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão. (Publ. D.A. n° 144 de 28.11.90).

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 177/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem n° 214/90, formulada no sentido de que esta Casa de Leis autorize o Poder Executivo a alienar à União, o imóvel constituído do lote n° 139, da Gleba 15 da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 1.318,7580 hectares.

A sobredita alienação é da competência desta Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, conforme o art. 54, inc. XXI, da Constituição Estadual averiguou.

O pedido de autorização legislativa, incluso na citada mensagem encontra-se devidamente justificado, dispensando qualquer comentário a respeito.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 214/90, de autoria da CPI DA SAÚDE, que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, que averiguou irregularidades na área de saúde, no tocante à compra de produtos médico-hospitalares. Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 214/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito

que averiguou as possíveis irregularidades na área de Saúde no tocante a compra de produtos médico-hospitalares.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente;

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE II

INTRODUÇÃO

Embora entendendo que a Saúde da população depende muito mais da sua qualidade de vida (condições de alimentação, moradia, saneamento básico, transporte coletivo, trabalho, salário justo, educação, etc...) do que mesmo do médico, do remédio e do hospital, não podemos em nenhum momento, nos omitir em relação à aplicação dos recursos públicos alocados para as políticas sociais, dentre as quais a política de saúde, se nos apresenta como de fundamental importância num País como o nosso, onde o perfil de saúde da população brasileira é resultado de uma série de determinações expressas pelas condições de pobreza e pela desigualdade de renda e acesso a condições dignas de alimentação, moradia, educação e qualidade do meio ambiente.

Os últimos dados disponíveis, revelam que 43% dos trabalhadores do Brasil recebem até 1 (um) salário-mínimo mensal, 28 milhões de ocupados não são contribuintes da Previdência Social (47% do total de trabalhadores); 57% dos empregados assalariados não têm Carteira de Trabalho assinada, 20,7% das pessoas de 15 anos ou mais são analfabetas, 22,7% dos domicílios urbanos não têm sistemas adequados de abastecimento de água e 36% não têm instalações de esgoto. Pode-se dizer que mais de 1/3 das crianças com menos de 5 anos sofrem risco nutricional, o que se reflete nas altas taxas de mortalidade infantil que ainda, têm nas doenças do aparelho digestivo e respiratórios as principais causas de morte.

Em função desse deteriorado quadro brasileiro é que nos últimos anos, em segmentos importantes da sociedade brasileira vêm-se discutindo a necessidade da chamada Reforma Sanitária, seja em órgãos governamentais, nas universidades, nos meios de profissionais ligados à área, seja no meio de movimentos sociais e de trabalhadores. Sob o ponto de vista constitucional, avançamos muito, pois a Constituição Federal, assim como a Estadual, tem inserido nos seus textos: saúde como um direito de todos e dever do Estado, cujo objetivo deve ser alcançado através do Sistema Único de

Saúde - SUS.

Conclui-se, portanto, que uma reforma sanitária, requer, para seu pleno desenvolvimento, uma reforma social, pois alcançar a meta de obter para todos os cidadãos um grau de saúde que lhes permita levar uma vida social e economicamente produtiva, significar adotar um enfoque que não restrinja a saúde simplesmente à ausência de enfermidades, mas considere-a como expressão de uma adequada qualidade de vida. Portanto se estamos avançando política e constitucionalmente sobre a conquista dos direitos sociais pelo cidadão brasileiro, é necessário que paralelamente as instituições se aprimorem na administração pública, na eficiência e na eficácia da aplicação dos recursos públicos, assim como a sociedade através dos seus instrumentos legais não se omita e coíba as fraudes, os desvios, os favorecimentos pessoais e a impunidade.

Entendendo, ainda, que o papel do Parlamentar e da Assembléia Legislativa, não seja o de julgar, nem mesmo o de pré-julgar, mas sim, atuar politicamente na fiscalização do Executivo, confiando na ação do Ministério Público e do Judiciário, é que passo a fazer o meu relatório, anexando a ele as peças que considero importantes para a construção e montagem dessa CPI.

Passo a emitir o parecer:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

"SAÚDE II"

RELATÓRIO FINAL

I - HISTÓRICO

Nos termos do disposto do parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual e nos moldes das determinações contidas no Regimento Interno desta Casa, combinando com o que estabelece a Lei Federal nº 1579/25, a requerimento do Deputado José Rogério de Carvalho (doc nº.), foi instalada, a 12 de setembro de 1990, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as possíveis irregularidades na área de Saúde no tocante a compra de produtos médicos-hospitalares.

Presidida pelo Deputado Algaci Túlio, tendo sido designado como Relator o Deputado Haroldo Ferreira, a Comissão tem como membros titulares os Deputados: Luciano Pizzatto, José Felinto, Luiz Antonio Setti, Leônidas Chaves e Dirceu Manfrinato.

Enviado ofício à Polícia Federal (doc. nº.), foi por ela encaminhada e está devidamente anexado aos autos, cópia do Inquérito Policial (doc nº.), por ela realizado.

Foi ouvido os depoimentos de todas as pessoas envolvidas nos noticiários da imprensa que deram origem à instalação desta CPI, de servidores envolvidos com a área

da Saúde e, por último, do Sr. Manoel Antonio de Almeida Neto, ex-Secretário de Estado da Saúde, após diversas tentativas frustradas, de obter o seu comparecimento.

Todos os convocados compareceram para depor e foram ouvidos sem qualquer coação ou constrangimento.

P A R E C E R

A preocupação fundamental desta Comissão Parlamentar foi desde o momento de sua instalação, a de com seriedade, mais estritamente atida aos princípios da moral, ética e justiça, tentar resgatar a imagem do administrador da coisa pública, tão denegrida e desacreditada em nosso País.

Noticiário quase diário, na imprensa nacional, nos dias que antecederam o requerimento de constituição desta CPI, deixaram estarecida a opinião pública, pela gravidade das acusações imputadas ao ex-Secretário da Saúde. Dr. Manoel Antonio de Almeida Neto.

É com toda a cautela e isenção de ânimos, começou-se a ouvir os depoimentos de acusadores, testemunhas e implicados, iniciando-se pelo Sr. Osny Ribas Alves, ex-Diretor Econômico e Financeiro da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

Seu depoimento, foi contundente. Disse inicialmente que havia solicitado a exoneração de seu cargo por não concordar com as compras de materiais de consumo e material médico-hospitalar sem a devida licitação, face ao porte desses encargos, cerca de 420 milhões de cruzeiros (doc.nº. , folha nº1), disse, também, que, embora reconhecendo uma certa emergência na situação, pois o estoque de medicamentos e material médico-hospitalar da Secretaria estava bastante baixo (doc. nº. , fl.08), não concordava com o montante da operação a ser realizada sem a devida licitação. mencionou que estranhava que para tal ouvesse o respaldo de Parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil (doc.nº. , fl.05, doc.nº.).

O depoente apontou, ainda um processo, este agora com licitação, para a locação de veículos em que a concorrência, a seu ver era eivada de vício, pois, pelas características do edital conduzia o processo à uma única empresa, que, na realidade foi a vencedora (doc.nº. , fl.02 e 03).

Este processo, no entanto, segundo havia chegado a seu conhecimento, havia sido anulado.

Um dos fatos graves denunciados pelo depoente foi a adulteração de documentos que apontavam como fonte de recursos para compra a fonte 00 (recursos do Estado), documentos estes que foram rasurados, para fazer constar que a fonte passaria a ser 81 (recursos repassados pelo Ministério da Saúde), o que seria incompatível com o

destino a ser dado ao material comprado, pois parte dele foi repassada a hospitais filantrópicos e universitários, que não poderiam ser beneficiados como de fato foram com recursos de tal origem (doc.nº., Fls. 07, 11, 16, 17).

Mencionou, ainda, a estranheza que lhe causou o comportamento do Dr. Francisco Beduski, que atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro, mas que na época era médico no Hospital Geral do Portão, que interessou-se vivamente em pegar os empenhos na tesouraria, levá-los ao Gabinete do Secretário, para, posteriormente, entregá-los à empresa fornecedora (doc. nº., fl.18).

Na reunião de 24 de outubro de 1990, esta Comissão Parlamentar ouviu a Dra. Suzana Lau, sub chefe da Casa Civil do Governo do Estado, que historiou a participação daquele órgão no caso das compras sem a devida licitação, baseado em parecer assinado pela doutora Eluani de Lourdes Snége, sua subordinada (doc.nº., fl.03, doc. nº.,). São palavras textuais da Dra. Suzana "Eu me sinto extremamente preocupada, constrangida com tudo isto que está acontecendo, uma vez que, eu queria deixar muito claro que através dos jornais, através da televisão, inclusive, na própria Polícia Federal, eu tive acesso ao processo que o Delegado tinha em mãos, onde estava demonstrado cabalmente algumas irregularidades flagrantes, terríveis e chocantes, eu poderia dizer" (doc.nº., fl.10). E mais adiante: "E a partir daquele momento o -" ouve, o que se vê - e eu tive acesso na Polícia Federal - foi realmente um flagrante desvio da autorização governamental e que no parecer, jamais, em momento algum, ele disse que poderia dispensar a licitação e que jamais disse que ele poderia dispensar os princípios básicos da Administração, que são a moralidade, a proibidade, a honestidade, e a integridade que são princípios que não são nem legais, são supraleais" (doc. nº fls.).

Ouvido a seguir o Dr. José Elias Alex Neto, cujas denúncias desencadearam o noticiário na imprensa escrita, falada e televisada, desencadearam a sindicância do INAMPS e o posterior inquérito junto a Polícia Federal, colaborou este todas as suas acusações veiculadas pelos órgãos da imprensa, e apresentadas junto à autoridade policial federal, apresentando volumosa prova documental onde se constata que as aquisições de material efetuada pela Secretaria de Estado da Saúde, além de terem sido concretizadas de forma irregular, o foram, também, por preços absurdos, muitas vezes, até completamente fora da realidade do mercado (docs.nºs.).

A seguir, foi ouvido outro denunciante,

o Dr. Paulo Roberto Sbaraini do Programa de Atendimento aos Ostomizados, que reiteirou as graves acusações feitas no tocante à aquisição de bolsas de ostomia, colostomia e urostomia, aquisição que, contrariando o pedido do órgão interessado e encarregado de sua distribuição, teve, alteradas as especificações do pedido de origem, para, aparentemente, beneficiar, um único vendedor. Neste caso, no mínimo causa estranheza o fato de que funcionários leigos, da Comissão Permanente de Licitação, sem formação médica, ouvessem por bem alterar as especificações do pedido do órgão especializado, deixando de comprar 50.000 unidades de um produto solicitado, no valor de 8,40 a unidade, para a seu bel prazer, alterando as especificações sem parecer do órgão técnico, fazer constar o edital as especificações exatas de um produto que apenas uma determinada firma possuía, a um preço de 275,70 a unidade. Tal desfaçatez custou ao Estado do Paraná um prejuízo de, aproximadamente, Cr\$ 13.000.000,00 (doc.nºs.).

Por último, foi ouvido o ex-Secretário de Estado da Saúde Dr. Manoel Antonio de Almeida Neto, apesar das dificuldades encontradas para intimá-lo e obter o seu comparecimento, negou o mesmo a participação em qualquer irregularidade embora todos os depoimentos, tanto perante esta comissão, como perante a Polícia Federal, tenha sido unânimes em apontá-los como diretamente envolvido em todos os processos de aquisição irregular de material aqui relacionados (doc.nº.).

Não há como negar, não há como omitirmos. o Dr. Manoel Antonio de Almeida Neto foi indiciado pela Polícia Federal como autor de crime de peculato, face à esmagadora prova documental e depoimentos ali prestados, muitos dos quais reproduzidos perante a esta Comissão. O crime cometido o foi graças à investidura em cargo de mais alta importância na Administração Direta do Estado e foi este e sua população, principalmente a de mais baixa renda, que mais depende da assistência médica hospitalar gratuitas, os maiores lesados por sua administração viciada e desastrada.

Nestas condições, o Paraná, os seus homens públicos que ainda acreditam na decência e na lisura no trato da coisa pública não podem se omitir. Paralelamente ao processo que ocorre a nível Federal, nos termos do disposto no parágrafo 3º, do art. 62, da Constituição Estadual, concluídos pelo envio dos autos desta Comissão ao Ministério Público, com cópia ao Tribunal de Contas do Estado, que são, doravante, as autoridades competentes para resgatar a credibilidade da Administração Pública em nosso Estado.

É o parecer.

Sala das Sessões, em

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente;
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2904, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2905, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n° 2906, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 168/90.

EM VOTAÇÃO

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 270/88, 573, 575, 587, 612, 613, 622/90, e dos Projetos de Resolução n°s 49, 195, 196, 197 e 198/90

EM VOTAÇÃO

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 543, 545, 566, 599, 600, 601, 603, 606, 610, 614, 615, 621, 631/90 e dos Projetos de Resolução n°s 50, 114, 199, 200 e 201/90.

EM VOTAÇÃO

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°

299/86, 23, 74, 313, 376/89, 521, 525, 602, 609, 611, 620, 626, 627, 628/90, e dos Projetos de Resolução n°s 202 a 206, 209 a 212 e 214/90.

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 553/90.

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 663/90 e 642/90.

Levanta-se a sessão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do FEPPA, e atendendo recomendação dos membros do Conselho Deliberativo, tendo em vista o encaminhamento do autógrafo do Projeto de Lei n° 515/90, que trata da liquidação e extinção do FEPPA.

CONVOCA os associados para uma reunião Extraordinária da Assembléia Geral, a realizar-se no dia 28 de Dezembro de 1990, às 17:00 horas nas dependências utilizadas pela Entidade, no Palácio XIX de Dezembro, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Tomar conhecimento e pronunciar-se sobre a liquidação e extinção do FEPPA, por iniciativa legal dos Senhores Deputados Estaduais.

b) Medidas administrativas e legais a serem adotadas uma vez transformado o referido projeto em lei, notadamente quanto aos bens patrimoniais.

c) Assuntos gerais correlatos.

Curitiba, 17 de dezembro de 1990.

WERNER WANDERER
Presidente FEPPA